



# Plano de Trabalho

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

## Vale do Aço - Território 3

Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Ilha do Rio Doce (Caratinga), Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobralia.

Novembro de 2025

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E DE SEUS COORDENADORES .....</b>	<b>6</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1. Público-alvo.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2. Público atendido .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3. Contextualização do território e histórico da atuação .....</b>	<b>13</b>
<b>2.4. Diagnóstico preliminar de danos e demandas.....</b>	<b>23</b>
<b>2.5. Fundamentação Legal .....</b>	<b>67</b>
<b>3. OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>71</b>
<b>4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>72</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>74</b>
<b>5.1. Registro Familiar (RF) .....</b>	<b>75</b>
<b>5.2. Pesquisa-ação, Educação popular e Mobilização Social.....</b>	<b>76</b>
<b>5.3. Espaços Participativos Externos .....</b>	<b>80</b>
<b>5.4. Espaços e Metodologias Participativas com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) .....</b>	<b>82</b>
<b>5.5. Ciranda.....</b>	<b>86</b>
<b>5.6. Materiais Pedagógicos e de Comunicação.....</b>	<b>87</b>
<b>6. TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE/MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL.....</b>	<b>92</b>
<b>7. CRONOGRAMA.....</b>	<b>95</b>
<b>8. METAS E INDICADORES.....</b>	<b>100</b>
<b>9. ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO .....</b>	<b>105</b>
<b>10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>112</b>



## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ACP** – Associação Cultivar Projetos  
**APETRA** - Associação de Pescadores e Trabalhadores de Aimorés  
**Aedas** – Associação Estadual de Defesa Ambiental Social  
**AFE** – Auxílio Financeiro Emergencial  
**AGMs** – Agentes Multiplicadores  
**APP** - Aplicativo  
**ATI** – Assessoria Técnica Independente  
**CADÚNICO** – Cadastro Único  
**CIF** – Comitê Interfederativo  
**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social  
**DRI** – Diretrizes da Reparação Integral  
**EARSH** – Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana  
**ECT&I** – Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação  
**ETR** – Economia, Trabalho e Renda  
**GAA** – Grupo de Atingido e Atingidas  
**GI** – Gestão da Informação  
**GT** – Grupo de Trabalho  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IEF** – Instituto Estadual de Florestas  
**IFMG** – Instituto Federal de Minas Gerais  
**IJs** – Instituições de Justiça  
**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens  
**MOB** – Mobilização  
**MPA** – Ministério da Pesca e Aquicultura  
**MPMG** – Ministério Público de Minas Gerais  
**MS** – Ministério da Saúde  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**NUCARD** - Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres  
**PAS** – Plano de Ação em Saúde  
**PCD** – Pessoas com deficiência  
**PCELE** – Patrimônio, Cultura, Esporte, Lazer e Educação  
**PCTs** – Povos e Comunidades Tradicionais  
**PG** – Programa  
**PID** – Programa Indenizatório Definitivo  
**PIM** - Programa de Indenização Mediada  
**POP** – Procedimento Operacional Padrão  
**PROPESCA** - Plano de Reestruturação da Gestão da Pesca e Aquicultura  
**PTR** – Programa de Transferência de Renda  
**REG** – Gênero e Relações Étnico Raciais  
**RF** – Registro Familiar  
**RGP** - Registro Geral da Atividade Pesqueira  
**SECI** - Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Ipatinga  
**SGP** – Secretaria Geral da Presidência  
**SINTRAF** – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
**SIV** – Situações de Vulnerabilidade  
**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social  
**SUS** – Sistema Único de Saúde



**TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**  
**UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora**



# 01. Identificação da entidade e de seus coordenadores





## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E DE SEUS COORDENADORES

Nome:	<b>Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas)</b>
CNPJ:	<b>03.597.850/0001-07</b>
Endereço:	<b>Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530</b>
Representante Legal da Entidade:	<b>Thais Amélia de Oliveira Gomes</b>
Coordenadora Geral de Projeto:	<b>Rayssa Pilar de Sousa Neves</b>
Coordenador Institucional de Projeto:	<b>Henrique Lacerda Arruda</b>
Coordenadora Territorial de Projeto:	<b>Brenda Sanches Ferreira</b>



## 02. Justificativa



## 2. JUSTIFICATIVA

O presente plano de trabalho dedica-se a detalhar a proposta de atuação da assessoria técnica independente (ATI) a ser executada pela Aedas em favor das comunidades atingidas do Território Vale do Aço, nos municípios de: Ipatinga, Ipaba, Caratinga (neste caso, apenas a comunidade de Ilha do Rio Doce, situado a 10 (dez) km de Ipatinga), Belo Oriente, Naque, Periquito, Bugre, Iapu, Santana do Paraíso, Fernandes Tourinho e Sobrália.

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada no ano 2000 (dois mil) por moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba/MG, para defender os direitos da comunidade local que, à época, esteve ameaçada pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar por ficar próxima ao rio Piranga, afluente do rio Doce.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, de responsabilidade da Samarco Mineração S.A. (uma joint-venture das mineradoras Vale S/A e BHP Billiton do Brasil Ltda), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 (dois mil e quinze), é, possivelmente a maior catástrofe socioambiental brasileira. O desastre sociotecnológico, mais que ambiental, é, sobretudo, humano, pois as famílias atingidas perderam tudo - não só os bens materiais -, mas também suas atividades econômicas, saúde, acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, seu modo de vida e a tranquilidade que desfrutavam nas comunidades atingidas.

Um grande desafio no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento é o da ampla e decisiva participação no processo reparatório. Este é entendido como um processo complexo que supõe a negociação e o conflito entre diferentes interesses e grupos sociais buscando, ao fim, a harmonização e a possibilidade de seguir adiante com o desenvolvimento local através da viabilização de soluções coletivas e concretas para as demandas das pessoas atingidas dos territórios. A participação tem como elemento central o estabelecimento de mecanismos e procedimentos que favoreçam a informação qualificada, a tradução de dados técnicos e a consolidação de pleitos dos atingidos, contribuindo para a compreensão da população atingida sobre as possibilidades reais de acesso às ações reparatórias e, assim, para suas decisões relacionadas ao futuro de suas vidas. Isso envolve desde a oferta de informações adequadas e tempestivas, apresentadas em linguagem e formato acessíveis

à população, até a definição de procedimentos de comunicação alinhados à cultura, às tradições e às práticas usuais das comunidades locais, de modo a garantir que a informação seja efetivamente compreendida e utilizada.

A Assessoria Técnica Independente (ATI) - Aedas desenvolve sua atuação em quatro territórios da Bacia do médio rio Doce atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton), conforme deliberação judicial e processo de construção coletiva com as populações atingidas. A atuação da Aedas como assessoria técnica independente na Bacia do rio Doce exige um esforço contínuo de presença territorial e escuta qualificada diante de uma grande extensão geográfica. São quatro territórios assessorados, compostos por 15 municípios, com distâncias que podem chegar a 280 km entre os municípios (distância entre Ipatinga, no Vale do Aço; e Aimorés, no Leste de Minas). Uma realidade que demanda estratégias específicas para garantir o acesso equitativo à informação e à participação no acompanhamento das pessoas atingidas durante o processo reparatório. Esse cenário impõe desafios logísticos e metodológicos importantes, mas também reafirma o compromisso da Aedas com um trabalho de construção contínua junto a cada comunidade, seja ela urbana ou rural.

Cada município representa uma diversidade significativa de contextos socioeconômicos, ambientais e culturais. São compostos por áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos de terreiro, areeiros e pomeranos, todos atingidos pelo rompimento e pelos desdobramentos socioeconômicos e ambientais prolongados do maior desastre socioambiental da história do Brasil.

Em contextos tão desiguais e marcados por ausências da institucionalidade, a presença da ATI se torna essencial como elo entre os atingidos e os instrumentos institucionais da reparação. A prática da escuta qualificada, da mobilização participativa e da construção de diagnósticos técnico-populares é estruturante para garantir o protagonismo dos atingidos nos processos decisórios de reparação. Além disso, a atuação da ATI é fundamental para a construção de uma compreensão qualificada, participativa e contextualizada dos danos vividos pelas populações atingidas, especialmente daqueles que não se expressam em indicadores tradicionais ou em métricas ambientais. Em um cenário marcado por desigualdades históricas e processos de invisibilização, a Aedas assume o papel de identificar danos profundos que atingem os

modos de vida, a saúde física e mental, a identidade coletiva, as relações comunitárias, os vínculos culturais e a sustentabilidade econômica local. Danos como esses são frequentemente ignorados por abordagens padronizadas, que não captam a complexidade da vivência territorial.

Ao caminhar nos territórios, ouvir as comunidades, sistematizar experiências e organizar oficinas participativas, a ATI colabora para a formulação de um diagnóstico técnico-popular mais justo e condizente com a realidade. Por meio de metodologias interdisciplinares e adaptadas ao contexto local, constrói-se um entendimento ampliado dos danos, essencial para assegurar uma reparação que seja de fato justa, integral e transformadora. A atuação se desenvolve em uma vasta extensão territorial, que cobre o curso médio do rio Doce e seus principais afluentes, passando por áreas de alta diversidade ecológica e geográfica, entre serras, várzeas, regiões inundáveis, florestas em regeneração e territórios tradicionalmente ocupados.

Muitas dessas comunidades sequer foram reconhecidas como atingidas nos cadastros iniciais, sendo necessário um trabalho sistemático e ativo da ATI para o reconhecimento de direitos coletivos e individuais e para a reparação de danos invisibilizados, com especial atenção às desigualdades de raça, gênero, faixa etária e território. A exclusão inicial, tanto institucional, quanto nos processos indenizatórios, atingiu de forma desproporcional mulheres, jovens, idosos, crianças, pessoas negras, povos indígenas e populações do campo. Por esses motivos, a atuação da Aedas assume um caráter multidisciplinar e intersetorial, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuam de forma integrada.

A construção dos Planos de Trabalho da ATI exige planejamento territorializado, contínuo e adaptado, com capacidade técnica para responder à complexidade das demandas e à diversidade dos sujeitos e territórios envolvidos. Cabe ressaltar que a função da ATI é técnica, mas é também política, no sentido auxiliar as pessoas atingidas na compreensão das discussões coletivas sobre suas demandas, os danos e a reparação, bem como também é pedagógica, contribuindo para a reconstrução dos vínculos comunitários, para o fortalecimento da autonomia dos atingidos e para a garantia do direito à participação informada nas decisões que dizem respeito aos seus modos de vida, territórios e projetos de vida.

## 2.1. Público-alvo

A Aedas, assim como nenhuma outra entidade, dispõe do número real de atingidos e atingidas, tampouco do parâmetro descritivo da população que identifique essas pessoas atingidas no território. Diante disso, cientes de que o universo de atingidos é desconhecido, a assessoria não define quem pode ou não se reconhecer enquanto atingido e atingida, e considerando os extensos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, utilizamos os dados populacionais do Censo 2022 e Censo 2010 do território para estimar o público-alvo de 350.448 pessoas ao total.

Municípios do território	N	%
Belo Oriente	23.928	6,8%
Bugre	4.041	1,2%
Ipatinga + Ilha do Rio Doce*	227.731	65,0%
Fernandes Tourinho	2.789	0,8%
Iapu	12.030	3,4%
Ipaba	17.136	4,9%
Naque	6.303	1,8%
Periquito	6.553	1,9%
Santana do Paraíso	44.800	12,8%
Sobrália	5.137	1,5%
<b>Total do público-alvo</b>	<b>350.448</b>	<b>100,0%</b>

**Tabela 1:** - Público-alvo do plano de trabalho Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados populacionais do Censo 2022 e 2010.

\*A população da Ilha do Rio Doce foi aproximada pelos dados do Censo 2010 e agregada ao município de Ipatinga.

## 2.2. Público atendido

Com o objetivo de estimar o público efetivamente atendido no do Projeto de Assessoria Técnica Independente na região do Vale do Aço para o Acordo Judicial para

Reparação Integral e Definitiva, calculou-se o tipo de engajamento participativo nas diferentes estruturas participativas da Aedas nos anos de 2022 e 2023.

Nesse sentido, a participação social foi categorizada, a partir do espectro proposto por Vitorelli e Barros (2022), a partir do qual foi identificada a prevalência de três tipos de público no trabalho desenvolvido pela assessoria técnica independente:

**Público envolvido** - É a parcela da população atingida que busca a informação trazida pela assessoria técnica independente, envolvendo-se com os materiais comunicativos produzidos, solicitando atendimentos e/ou participando de espaços participativos realizados de forma eventual.

**Público engajado** - É a parcela da população atingida que se insere de forma orgânica e recorrente nos espaços participativos comunitários da ATI. Estes, ainda que não participem ativamente do processo de formulação de produtos e de arenas participativas da reparação a nível territorial (tais como reuniões públicas fora do território ou da comissão de atingidos), demandam um acompanhamento próximo por parte da ATI e se fazem presentes nos espaços realizados na comunidade.

**Participação colaborativa:** Esta é a parcela da população atingida que se envolve de maneira mais intensa com os desdobramentos do processo de reparação. Se envolve tanto em caráter formulativo quanto deliberativo, atuando como referências em suas respectivas comunidades.

Com base na tipologia acima apresentada, o orçamento do plano de trabalho foi estimado considerando o atendimento prioritário desses três tipos de público e o histórico de atuação do projeto anterior, executado entre 2022 e 2025. É importante destacar que o Acordo Judicial traz importantes mudanças para o cenário da reparação com novos reconhecimentos e possibilidades de acesso. Dessa forma, ainda que o recorte do período anterior sirva de base para um dimensionamento de projeto, é difícil afirmar que esta base é um indicador confiável para a demanda da ATI no próximo período.

TIPO DE PÚBLICO	ESTIMATIVA
Público envolvido	6000 pessoas

<b>Público engajado</b>	3192 pessoas
<b>Participação colaborativa</b>	365 pessoas

Enquanto o público envolvido foi estimado levando em consideração a demanda atual efetiva da ATI, os públicos engajado e colaborativo foram calculados levando-se em consideração a disponibilidade de recursos para execução da metodologia participativa existente no Acordo.

### **2.3. Contextualização do território e histórico da atuação**

Especificamente sobre o território do Vale do Aço, destaca-se que ele é composto por 11 (onze) municípios, com seus respectivos distritos e zonas rurais adjacentes. Juntos, somam uma população aproximada de 383.843 mil pessoas, conforme dados demográficos do censo do IBGE dos anos de 2018, 2019 e 2020. Em relação à sua extensão geográfica, a área total do território é de aproximadamente 2.105,17 km<sup>2</sup>, e embora os 11 (onze) municípios atingidos do território possuam características similares, há localidades descontínuas e/ou isoladas, e as distâncias são exorbitantes entre as sedes dos municípios.

O dia 05 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão-Mariana/MG, resultou em drásticas mudanças nos modos de vida de todo o povo da Bacia do Rio Doce e com o território do Vale do Aço não foi diferente. O desastre-crime causou mudanças significativas na vida das comunidades da região, acarretando problemas em níveis econômicos, biológicos, sociais e culturais.

O contexto histórico do território do Vale do Aço, no que tange o desenvolvimento regional, está muito ligado ao meio industrial com a presença de grandes empresas de referência internacional na região. Entretanto, o contato com o rio Doce sempre foi um modo de vida também presente nesse território, e por vezes apagado ao longo da história. A relação com o rio antes do rompimento da Barragem de Fundão também era cenário de trabalho e renda para além apenas da lógica do trabalho industrial. A agricultura familiar foi referência de economia-trabalho-renda no território para inúmeras famílias que moram na beira do rio ao longo de décadas. Além disso, a pesca também era subsistência no território, dando dignidade as famílias da região. Com a atuação da ATI foi possível dar destaque a essas comunidades, ouvindo suas histórias,

valorizando sua existência e dando voz às pessoas que se relacionavam com o rio e não só com as indústrias da região.

Das 11 cidades englobadas no território do Vale do Aço, é válido destacar que os níveis de relação com o rio Doce não foram exatamente iguais ao longo da história, mas foram essenciais para manter vidas e famílias da região. Todas as cidades do território possuem importante relação com o rio, mas é oportuno destacar algumas características específicas de cada comunidade do território, entendendo seus contextos sociais, políticos e econômicos. Destaca-se alguns pontos sobre cada uma das comunidades assessoradas:

**Belo Oriente** - Ocupa uma área de 334,909 km<sup>2</sup>, sendo que 3,2 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano e sua população recenseada em 2022 era de 23.928 habitantes. Considera-se ainda neste município o Distrito de Cachoeira Escura, área de 65,2 km<sup>2</sup>, com população de 6.810 habitantes (censo de 2010), é um município que possui grande incidência por uma empresa de celulose na região. Inclusive, este município é dividido pela BR – 381, sendo que do lado esquerdo se localiza a sede da cidade e do lado direito se localiza o distrito de Cachoeira Escura, na qual a empresa, supracitada, está instalada. É o distrito que é assessorado pela Aedas no Vale do Aço com maior envolvimento e engajamento do povo atingido na luta pela reparação. A região é marcada por conflitos político-econômicos, onde o distrito tenta se emancipar, mas com a presença da empresa, no atual município dificulta o processo. Além disso o distrito de Cachoeira Escura é marcado pela agricultura familiar, subsidiada as margens do rio Doce, o que faz com que o município e o distrito tenham a presença de muitos produtores rurais. É uma região extremamente atingida pela contaminação do rompimento da barragem, fazendo com que as terras se tornassem inférteis, além disso, sofrem com plantações de eucaliptos em escala industrial, visto a presença da empresa de celulose. Além disso, o distrito lida cotidianamente com veículo ferroviário que transporta minério na região. É um distrito que possui uma zona rural, também banhada pelo rio Doce e que sofre com problemas de desinterdição de imóveis com a prefeitura. Destacamos também no município de Belo Oriente a presença do Quilombo Esperança, comunidade quilombola que ainda não possui certificação, mas que com a chegada da ATI na região, os moradores do quilombo vêm aos poucos desempenhando seu processo de autorreconhecimento. Logo, é um distrito que já sofria pelos impactos da empresa de celulose e após o

rompimento da barragem de Fundão, sofre também com a contaminação do rio Doce e do solo. Cachoeira Escura após o rompimento da Barragem de Fundão, se destacou através de suas lideranças, pela busca por reparação por meio de atos, manifestações, organizações sociais e outras frentes políticas de atuação.

**Bugre** - possui área territorial de 161,491km<sup>2</sup> e população de 4.041 pessoas. A população assessorada pela Aedas está especificamente no distrito de São Lourenço que se localiza às margens do rio Doce geograficamente, o distrito faz divisa com Cachoeira Escura, sendo que a divisão entre os municípios é o próprio rio Doce. Comunidade com aproximadamente 100 famílias onde a maioria delas desempenha trabalho de agricultura familiar, com pequenas plantações a beira do rio ou, são trabalhadores do comércio na sede em Bugre ou em Cachoeira Escura, distrito vizinho. Segundo relatos dos moradores, a lama de rejeitos proveniente do rompimento da Barragem de Fundão chegou depois de três dias. É uma comunidade que até hoje sofre com a falta de indenizações e medidas reparatórias para a comunidade.

**Fernandes Tourinho** - com área territorial de 151,875 km<sup>2</sup> e população de 3.431 habitantes, segundo censo de 2019, atendemos a região da sede e no distrito de Senhora da Penha localizado às margens do rio Doce, no qual na outra margem, se encontra o distrito de Pedra Corrida. Senhora da Penha é uma área rural de Fernandes Tourinho, tem um número aproximado de 501 habitantes. É uma localidade que enfrenta duplamente os danos causados por barragens. Primeiramente pela construção da UHE de Baguari, que alterou a biodiversidade do ecossistema da comunidade, e o posterior rompimento da barragem de Fundão com contaminação e adoecimento socioambiental. A comunidade é formada por uma extensa área de fazendas, condição que traz conflito territorial, mas foi e ainda é fonte de emprego e moradia para muitas pessoas. Além disso as pessoas complementavam a renda com cultivo em quintais e a com a atividade de pesca. Algumas pessoas também são vinculadas ao município assumindo empregos públicos. O rompimento de Fundão é considerado um evento traumático para a comunidade, pois toda sua vida girava em torno do rio Doce, um espaço de aprendizado e cultivo de saberes. No município muitas atividades relacionadas ao ciclo das águas eram desempenhadas antes do rompimento da barragem, como pescaria, lavagem de roupas, retirada de areia, irrigação, dessedentarão animal e a própria distribuição do

abastecimento de água. Muitos moradores falam da relação com o rio, passando a entender o conceito de ribeirinhos, e nos relatos há lembranças de eventos e ações feitas em torno do rio e de como isso movimentava a comunidade, gerando renda, lazer, alimentação e fortalecimento de vínculos.

**Ilha do Rio Doce** - destaca-se que é uma comunidade pertencente à cidade de Caratinga, município não pertencente ao Território do Vale do Aço, entretanto, a Ilha é mais próxima da cidade de Ipatinga, a 10 km de distância e atendida pela Aedas, do que da sede municipal de Caratinga, situada a 85km da comunidade. Dito isto, é importante pontuar que as atividades econômicas das 145 famílias residentes na Ilha do Rio Doce estão bastante atadas aos interesses dos moradores da própria cidade de Ipatinga, criando uma situação em que a comunidade de Ilha do Rio Doce encontra-se, na prática, conurbada com a cidade de Ipatinga, pois a distância entre Ilha do Rio Doce e Ipatinga é de apenas 20 min, diferente da sede em Caratinga, que é uma distância de aproximadamente, 2h. Na comunidade existe a forte presença de industriais de metal e de areia, e banhada pelo rio Doce, e embora seja uma comunidade que historicamente sofria com as enchentes nos períodos chuvosos, com o rompimento da barragem, a população sofre ainda mais com as “enchentes de rejeitos”. Os moradores sofrem com o processo da regularização fundiária da região por parte do poder executivo, o que acarreta outra série de conflitos entre a comunidade e a prefeitura e agrava cenários de vulnerabilidade e falta de acesso a serviços básicos essenciais. É perceptível uma maior abertura e via de diálogo entre a prefeitura e a comunidade a partir da repactuação, que com o novo acordo do rio Doce e a criação do anexo 15 de “Iniciativas Municipais” foi criada por parte do poder executivo uma Comissão de Governança dos Recursos Financeiros da Barragem de Fundão, espaço onde alguns atingidos têm procurado participar ativamente dos diálogos, mesmo que de forma consultiva.

**Iapu** - população recenseada em 2022 de 12.030 habitantes, com área territorial de 340,579 km<sup>2</sup>, a população atendida é a do distrito de São Sebastião da Barra. É um território predominantemente rural, cuja economia era centrada nas atividades de pesca, agropecuária e agricultura, isso antes do rompimento da Barragem. A relação com o rio Bugre que foi atingido junto com o rio Doce, sofreu alteração no volume de trabalho e produção de alimentos, já que o solo e água disponível para uso atualmente já não

garante a mesma produção de quiabo, jiló e pimentão. Notadamente, a região é marcada pela presença significativa de propriedades rurais, muitas das quais são geridas por famílias de caseiros, o que dificultou muito o recebimento para acesso ao PTR - Rural. A comunidade enfrenta desafios socioeconômicos significativos desde o rompimento da barragem de Fundão caracterizados por baixa renda, composta por trabalhadores rurais, meeiros, pescadores e pequenos comércios. Há significativo número de mulheres no território da Barra, onde a maioria delas ainda plantam nos quintais onde moram. Outro aspecto crítico são as questões relacionadas à saúde mental, onde são observadas doenças psíquicas, muitas vezes não devidamente diagnosticadas ou tratadas devido à escassez de recursos e serviços especializados na saúde do município. Esses problemas socioeconômicos e de saúde mental estão intrinsecamente interligados, exacerbando as vulnerabilidades e os desafios enfrentados pela comunidade.

**Ipaba** - cidade de 17 mil habitantes, que fica muito próxima ao rio Doce, acerca de 1km, com extensão territorial de 113,246 km<sup>2</sup> e população total de 17.136 habitantes, segundo censo de 2022. Existe uma região chamada Baixada Coronel Roberto, que era especialmente querida pela comunidade local por sua produtividade baseada na irrigação pela água do rio doce, o que resultava em agricultura de qualidade onde os proprietários tinham renda baseada em vender para os comércios de Ipatinga, cidade mais próxima e mais próspera da região. Após o rompimento, a atividade da agricultura cessou. Suas queixas são desde água de má qualidade, perda de cisternas e poços, questões variadas de saúde física que os atingidos conectam a questão de água, porém sobretudo queixas sobre indenização. Água é uma pauta bastante presente na cidade, pois houve o desabastecimento logo após o rompimento, onde a comunidade vivenciou situações críticas de vulnerabilidade.

**Ipatinga** - cidade marcada por um polo industrial que atraí trabalhadores de diversas regiões do país, ocupa uma área de pouco mais de 160 km<sup>2</sup>, sendo aproximadamente 40 km<sup>2</sup> em área urbana, e sua população foi estimada em 235.445 habitantes em 2024. É uma cidade que possui muitos chacreiros, ou seja, pessoas da cidade que adquiriram chácaras e sítio nas regiões adjacentes de Ipatinga. Construíram espaços de lazer com suas famílias nesses locais e foram surpreendidos com a contaminação de suas terras. A cidade possui uma diversidade cultural e religiosa muito grande, contemplando, inclusive, povos de terreiros e povo de Congado, onde ambos

usavam do rio Doce como lugar sagrado de suas práticas religiosas e culturais e que hoje não usufruem mais. Ipatinga é uma cidade metrópole e é referência no território em saúde, educação, lazer e outras políticas.

**Naque** - é uma cidade é banhada pelo rio Santo Antônio e rio Doce. Possui área territorial de 127,173km<sup>2</sup> e população de 6.303 habitantes segundo o Censo de 2022. Segundo relatos dos moradores, a lama de rejeitos proveniente do rompimento da Barragem de Fundão chego depois de três dias ao município. Destaca-se que a ligação com os rios constitui fator marcante na constituição socioeconômica e cultural do território. Nesse sentido, é significativo o relato de moradores ribeirinhos que após o rompimento e saída de suas casas, tiveram que se adaptar a vida na sede do município, em área urbana. Além disso a zona rural do município, conhecida como Descanso, é uma região de pequenos agricultores familiares que plantavam e ainda plantam para sua subsistência. Considera-se também no município o povo de comunidade tradicional do Quilombo do Córrego 14, que com o apoio da ATI está se organizando no seu autorreconhecimento enquanto comunidade tradicional junto a Fundação Palmares. Naque é uma das cidades referências na Bacia no debate da reparação desde o rompimento da barragem. Através da sua comissão municipal, as lideranças de Naque se direcionam no processo de busca por medidas de indenização e reparatórias, junto a escritórios de advocacia e as Instituições de Justiça. Existe muitos conflitos locais entre as próprias lideranças desse município, mas de todo modo, mesmo com todos os conflitos locais, é uma cidade que após o rompimento da Barragem muitas lideranças se destacaram e são conhecidas até hoje ao longo da Bacia.

**Periquito** - município que apresenta uma das maiores abrangências geográficas do território, o que se reflete na diversa e complexa formação da população atingida acompanhada, residente na sua sede ou em seus distritos e comunidades associadas. Possui uma área de 228,907 km<sup>2</sup>, sua população segundo o censo de 2022 é de 6.553 habitantes. De maneira geral, a população de Periquito guarda profundos vínculos com o rio Doce, em suas formas de produção e organização econômica e social, com um considerável número acompanhado de agricultores/as familiares, pescadores/as, barraqueiras, e artesãos e artesãs, que independente da região do município que residem relatam em uníssono a devastadora perda e impacto ocasionado pelo rompimento para as suas dinâmicas de geração de renda e relações comunitárias. É

considerável também os relatos de vivências atravessadas no âmbito das tradições culturais e práticas sociais, seja para as comunidades tradicionais identificadas e acompanhadas, como o Quilombo Ilha Funda, comunidade quilombola situada no distrito de São Sebastião do Baixio e certificado pela Fundação Palmares no ano de 2019, seja em comunidades onde com o rompimento da Barragem de Fundão vivenciaram um por uma segunda vez as consequências de forçadamente precisarem reorganizar as suas vidas, residências e maneiras de existência, como nos casos dos distritos de Pedra Corrida e do Assentamento Liberdade, que foram comunidades atingidas e com reassentamentos realizados devido à construção da UHE Baguari. Os distritos de Serraria e São Sebastião do Baixio se somam a este universo de realidades que constitui o município, e apresentam majoritariamente características e atividades de natureza rural e informal. Tal cenário evidencia o contexto de vulnerabilidade e multidimensional dos atingidos e atingidas do município, e é importante ressaltar que os métodos e formas de organização popular construídos por estas pessoas se consolidaram a partir de diferentes níveis de entendimento e engajamento, com a presença de associações, sindicatos e comissões locais de atingidos e atingidas independentes, na Sede, no distrito de Pedra Corrida e no Assentamento Liberdade. Lideranças de Periquito sede, após o rompimento da Barragem de Fundão, se destacaram, pela busca por reparação através de organizações populares.

**Santana do Paraíso** - é uma cidade bem próxima a Ipatinga ocupando uma área de pouco mais de 276 km<sup>2</sup>, e sua população foi estimada em 48.286 habitantes em 2024. Destaca-se na economia o setor industrial, a fabricação de móveis, fabricação de cimento, além da extração de eucalipto para a abastecer a empresa de celulose da região. Há também atividades ligadas à agricultura e pecuária, com produção de alimentos como feijão, milho, café, além de criação de gado bovino e outros animais. Destaca-se em Santana os atendimentos ao bairro de Ipaba do Paraíso (Ipabinha), que é um bairro rural do município de Santana do Paraíso e que inclusive faz divisa com o município de Ipaba, do qual é separado pelo rio Doce. Ainda em Ipaba do Paraíso, a comunidade se reconhece como triplamente atingida. Isso porque, além de toda a localidade estar situada às margens do rio Doce, os moradores relatam que, nos períodos de pulverização de agrotóxicos realizados pela empresa de celulose da região, esses insumos acabam contaminando áreas da comunidade e mananciais de água que poderiam ser utilizados.

Soma-se a isso o fato de que, em toda a extensão da comunidade, passa a linha férrea, localizada entre o rio e as propriedades, o que gera diferentes problemas e aumenta a fragilidade da estrutura das casas. Além disso, se destaca também o atendimento aos chacreiros da região do Horto Paraíso, que são famílias sempre plantaram em suas residências e com o rompimento, muito de suas plantações e criação de animais se perderam. Segundo relatos dos moradores, a lama de rejeitos proveniente do rompimento da Barragem de Fundão chegou depois de aproximadamente três dias ao município.

**Sobrália** - com sua população estimada em 2019 de 5.553 habitantes, com área de 206,787 km<sup>2</sup>, atendemos o distrito de Plautino Soares e parte da população está lotada em setores da Prefeitura Municipal, distribuídos em várias funções (agentes comunitários de saúde, motorista e dentre outras funções) em várias áreas (saúde, educação, logística e dentre outras). Muitos moradores da comunidade sobrevivem de trabalho em propriedades rurais das redondezas (vaqueiro, meeiros e dentre outros). Uma outra parcela da população local, também tinha seu sustento retirado da pesca no Rio Doce, onde pescavam para subsistência e venda do excedente dos pescadores e que, com o rompimento da barragem de Fundão, essa parcela da população de Plautino Soares, ficou sem fonte de renda para sobreviver. São pescadoras e pescadores na sua grande maioria senão totalidade profissionais da pesca artesanal (sem RGP) pouquíssimos pescadores foram reconhecidos e indenizados como pescadores. O rio Doce para a comunidade também possui um laço afetivo onde a comunidade se banhava ao longo da história.

Além das diversas realidades dos onze municípios do território, é válido destacar sobre as formas de auto-organização da população atingida do território. Sabemos que a garantia do direito à ATI foi concretizada após anos do rompimento, porém antes disso a população da região já se organizava através de comissões locais de pessoas atingidas, buscando garantir suas representações e seus direitos, dentro das condições que lhes eram possíveis. Logo, em quase todas as comunidades atingidas do Vale do Aço é possível encontrar diferentes formas de entendimento da população atingida acerca do rompimento da barragem, algumas comunidades com maiores níveis de informações e engajamento nas pautas da reparação integral, bem como no conhecimento acerca do processo da governança do sistema reparatório.

A demora para implementação da assessoria nos territórios, e as falhas no sistema de reparação implementado pela Fundação Renova resultaram em desgaste da população atingida, comprometendo os níveis de engajamento e tornando a organização popular desafiadora, e nesse sentido, em 2023, ao chegar no território, a Aedas, para atender a determinação das Instituições de Justiça para implementação do sistema de governança do TAC-Gov, assessorou as comunidades para a reorganização da população atingida em apenas uma Comissão Territorial, que se formalizou através do Encontro da Bacia de 2024. Ou seja, foi necessário agrupar as organizações populares dos atingidos dos diversos municípios e regiões do Vale do Aço em uma única comissão.

Com isso, a ATI buscou respeitar ao máximo a auto-organização das pessoas atingidas, bem como garantiu, dentro do possível e razoável, uma participação ampla, visando a dimensão do território. Por meio de assembleia territorial, foi realizado em outubro/2023 o momento de escolha e consolidação da comissão territorial, onde através de muita reflexão, diálogo e votação democrática, deliberou-se, por 04 (quatro) representantes de cada região na composição da Comissão Territorial. Esta Comissão atualmente é composta por um grupo de 53 integrantes, sendo 43 titulares e 10 suplentes.

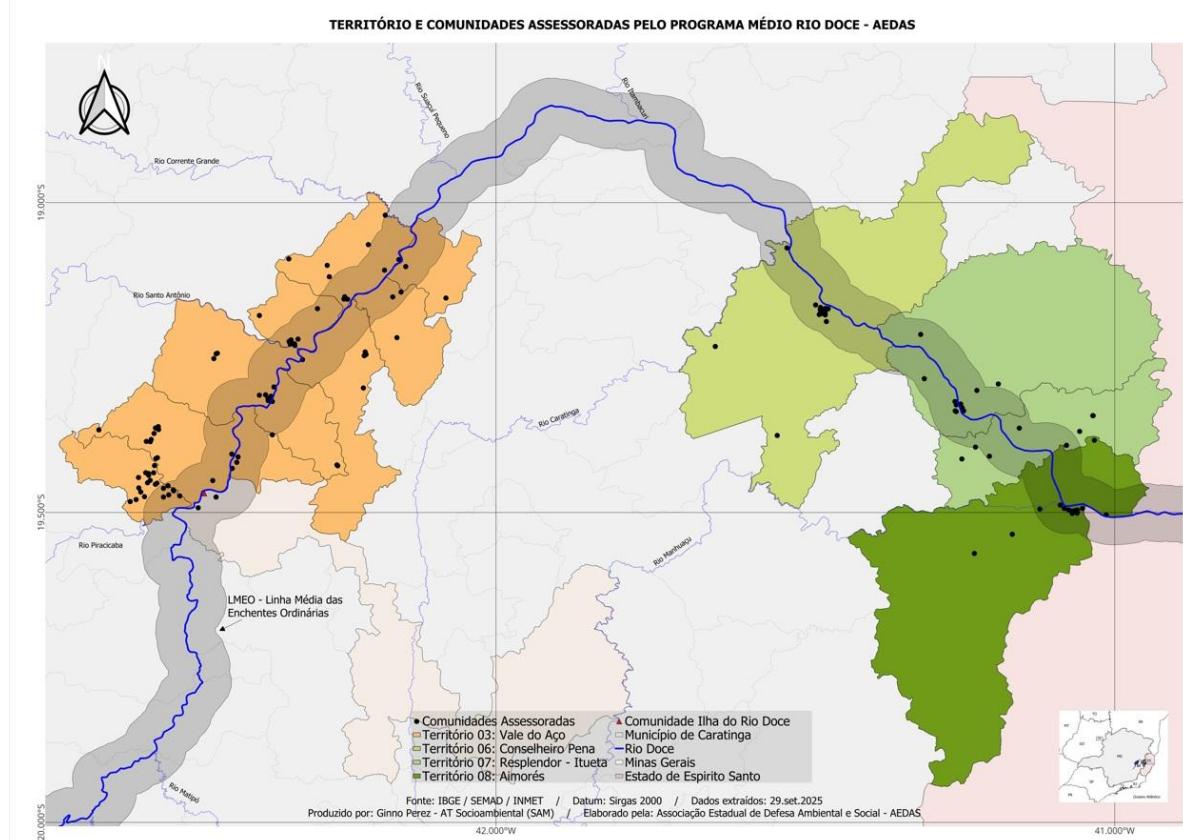
Ademais, além da Comissão Territorial de referência deliberativa no território, a Aedas vem trabalhando no processo de organização de base junto as pessoas atingidas, apoiando a população na consolidação dos GAAs – Grupo de Atingidos e Atingidas, que constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo por principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Logo, os atingidos (as) vão se tornando referências uns para com os outros, buscando fortalecer entre eles os convites para se organizarem na busca da reparação.

Para isso os grupos realizam reuniões periódicas para debater as informações sobre os direitos dos atingidos e atingidas, difundir as informações produzidas pelo acompanhamento técnico, discutir sobre os danos causados pelo rompimento da barragem, suas implicações na vida da comunidade, possíveis formas de reparação, elaboração de pautas da comunidade e outros assuntos de interesse. Desde a chegada da ATI no território, foi possível organizar alguns destes agrupamentos, tendo atualmente, 51 (cinquenta e um) deles atuantes no Território do Vale do Aço,

compreendendo entre eles, inclusive, GAAs de povos e comunidades tradicionais. Aproximadamente, somam-se 1.232 pessoas envolvidas em todos os grupos.

Fruto da organização dos GAAs e Comissão Territorial, destacamos também o coletivo de AGMs - Agentes Multiplicadores, que é formado pelas coordenações de GAAs e pelos membros da comissão. Esse Coletivo formado por lideranças comunitárias tem como objetivos multiplicar as informações qualificadas sobre o processo reparatório para suas comunidades, apoiar a organização comunitária em torno de suas pautas e contribuir na mobilização popular. Atualmente, o Vale do Aço possuí 132 AGMs, somados entre coordenações de GAAs e integrantes da comissão territorial.

Portanto, a ATI em alinhamento com as diretrizes apontadas pelos próprios atingidos, respeitando toda a dimensão geográfica e histórica do território, preza pela garantia da escuta qualificada e atenta as populações atingidas do Vale do Aço, buscando no dia a dia atender as várias demandas das diversas comunidades, estando elas dentro do escopo da ATI. Em todas as atividades da ATI ou atividades dos próprios municípios atingidos, a Aedas preza, fielmente, pela garantia de atendimento e contato com os atingidos e atingidas, garantindo a transversalidade e a participação informada as pessoas atendidas dos diferentes lugares do território, incluindo as comunidades tradicionais, distritos e zonas rurais, sem distinção. Sendo assim a atuação da Aedas, é condição indispensável para evidenciar tecnicamente a realidade vivida pelas populações e garantir o protagonismo e participação das comunidades na construção da reparação.



<sup>1</sup>Fonte: Aedas, 2025.

## 2.4. Diagnóstico preliminar de danos e demandas

O Território 03 - Vale do Aço, integrante da área de atuação da Aedas no Médio Rio Doce, caracteriza-se por sua notável diversidade sociocultural e econômica, abrangendo realidades urbanas e rurais, comunidades quilombolas, congadeiras, comunidades de terreiro, ribeirinhas, pescadores artesanais e agricultores familiares. Sobre essa complexa teia de vida que o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, se abateu, transcendendo a dimensão ambiental para tornar-se um evento catalisador de violações multidimensionais que desestruturou profundamente a existência de centenas de milhares de pessoas. O desastre-crime impôs uma multidimensionalidade de danos que vão desde a contaminação ambiental até a ruptura de modos de vida tradicionais, passando por graves danos na saúde física e mental, no trabalho, na renda e no tecido social.

<sup>1</sup>Fonte: Aedas, 2025.

Nove anos depois, as populações atingidas continuam a enfrentar os efeitos cumulativos e interligados do desastre-crime da Samarco/Vale/BHP Billiton. Essa diversidade territorial e sociocultural imprime aos danos um caráter profundamente diferenciado, exigindo respostas reparatórias que sejam específicas, territorializadas e construídas a partir da escuta qualificada e da participação ativa das populações locais. Muitas das formas de sofrimento e perda, como os danos sobre os modos de vida, a identidade coletiva, as relações comunitárias, a saúde mental e as práticas produtivas tradicionais, não são capturadas por instrumentos técnicos padronizados, o que historicamente tem resultado na sua invisibilização nos processos de reparação.

É nesse contexto que se insere a atuação da Aedas. Por meio da escuta qualificada, da mobilização social e de metodologias participativas interdisciplinares, a Assessoria Técnica Independente (ATI) identifica e sistematiza os danos e demandas comunitárias, traduzindo a realidade vivida para construir a base técnica necessária para uma reparação integral, justa e emancipadora. Entende-se que os danos aqui catalogados possuem caráter multidimensional e cumulativo, manifestando-se de maneira diferenciada conforme o território, o perfil sociocultural e as condições de vida prévias das famílias. Mais do que um levantamento temático, este diagnóstico busca evidenciar as interdependências entre as dimensões socioambiental, econômica e de saúde, reforçando a necessidade de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação.

Este diagnóstico preliminar constitui uma síntese analítica dos danos identificados no território 03, com base nos atendimentos, nos registros sistemáticos do Registro Familiar (RF) e na participação ativa das comunidades. Seu objetivo é delimitar os eixos centrais de violação de direitos decorrentes do rompimento, articulando os danos relatados pelas populações atingidas às demandas reparatórias urgentes e estruturantes.

#### **2.4.1. Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática**

O agravamento da vulnerabilidade socioambiental e climática no território do Vale do Aço cria um cenário de risco crítico, onde o rompimento da barragem de Fundão atuou como um multiplicador de ameaças. Em municípios como Naque, classificado com vulnerabilidade extrema; Ipaba e Sobralia, com vulnerabilidade muito alta; e Belo

Oriente, fortemente impactado pela contaminação que tornou terras inférteis, já existia uma sensibilidade elevada a eventos climáticos extremos.

A contaminação do Rio Doce, no entanto, fragilizou drasticamente a capacidade de resiliência dos ecossistemas e atividades produtivas nas comunidades que deles dependem. Essa combinação perversa intensifica a frequência e os danos de enchentes e secas, especialmente em comunidades ribeirinhas como Ilha do Rio Doce, que sofre com enchentes de rejeitos recorrentes. Essas enchentes tornaram-se um fenômeno devastador que recai de forma desproporcional sobre as populações já atingidas pelo desastre-crime da Samarco/Vale/BHP. Mais do que alagar áreas habitadas e produtivas, as enchentes espalham contaminantes e assoreiam corpos hídricos a cada novo evento, perpetuando uma emergência sem fim. O resultado é um aprofundamento concreto da insegurança alimentar, evidente em distritos como Cachoeira Escura (Belo Oriente) e São Sebastião da Barra (Iapu), insegurança hídrica, degradação dos ecossistemas, danos à saúde e resiliência econômica local, configurando um ciclo de vulnerabilidade onde o dano ambiental amplifica a crise social e vice-versa.

**Demandas:** O agravamento da vulnerabilidade socioambiental e climática no território 03, intensificado pelo rompimento da barragem de Fundão, exige respostas urgentes e integradas. É fundamental a implementação de um sistema de alerta precoce comunitário, que considere as particularidades das comunidades, com monitoramento participativo de condições hidrometeorológicas, capacitação de brigadas locais para atuação em emergências e estruturação de abrigos temporários em áreas seguras. Paralelamente, tornam-se necessários projetos de adaptação climática com enfoque territorial, incluindo a recuperação de nascentes e matas ciliares para regulação hídrica, a implementação de infraestrutura verde como barraginhas e terraceamento, especialmente em áreas agrícolas degradadas como as de Fernandes Tourinho e Periquito, e o incentivo à agricultura de base agroecológica resiliente a extremos climáticos.

Diante da insegurança alimentar que já alcança percentuais significativos da população, com destaque para os agricultores familiares de Bugre e os caseiros de Iapu, demandam-se políticas específicas de segurança hídrica e alimentar, com ampliação de cisternas de captação de água da chuva para consumo e produção, criação de bancos de sementes crioulas adaptadas e distribuição regular de água potável em períodos críticos.

Medidas de proteção social antecipatória são igualmente urgentes, incluindo a ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas meteorológicos, o mapeamento prioritário de famílias em situação de vulnerabilidade extrema – como as de Naque – e protocolos específicos para evacuação segura de idosos, pessoas com deficiência e comunidades isoladas. É imprescindível ainda elaborar ou reformular um plano de contingência para enchentes com enfoque específico nos riscos de contaminação, especialmente para comunidades como Ipaba do Paraíso em Santana do Paraíso, onde poços de abastecimento são atingidos pelas enchentes, prevendo a distribuição de equipamentos de proteção individual para situações de exposição a rejeitos e o monitoramento sanitário pós-inundações.

Para romper o ciclo de vulnerabilidade, é crucial fortalecer a resiliência econômica local mediante a criação de um fundo de emergência para perdas agrícolas climáticas, a implementação de seguros coletivos para pequenos produtores e a diversificação de fontes de renda não dependentes do rio. Estas ações devem ser construídas com a participação ativa das estruturas organizativas já existentes no território. Essas medidas, articuladas de forma coordenada entre poder público, instituições técnicas e comunidades, visam construir territórios mais resilientes e capazes de responder à sobreposição de crises ambiental, social e climática.

### Quadro 01 - Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática do Território

3

Dano Identificado	Demandas Comunitárias e Estruturantes	População atingida prioritária
Aumento da frequência e intensidade de desastres (enchentes, secas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Sistema de alerta precoce comunitário</li> <li>– Monitoramento hidrometeorológico participativo</li> <li>– Brigadas locais de emergência</li> <li>– Estruturação de abrigos temporários em áreas seguras</li> </ul>	Populações ribeirinhas, comunidades em áreas de risco, agricultores familiares, PCTs

<b>Aprofundamento da Insegurança Hídrica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Recuperação de nascentes e matas ciliares</li> </ul>	Agricultores, PCTs, populações urbanas periféricas, comunidades isoladas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Infraestrutura verde (barraginhas, terraceamento)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Sistemas comunitários/individuais alternativos de produção de energia (solar)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ampliação de cisternas para consumo e produção</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição regular de água potável em períodos críticos</li> </ul>	
<b>Agravamento da Insegurança Alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Incentivo à agricultura agroecológica resiliente (quintais produtivos)</li> </ul>	Famílias de baixa renda, agricultores atingidos, crianças e idosos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de bancos de sementes crioulas</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Políticas específicas de segurança alimentar</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização</li> </ul>	
<b>Risco de contaminação durante e após eventos climáticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Plano de contingência para enchentes com foco na contaminação</li> </ul>	Ribeirinhos, pescadores, comunidades com saneamento precário
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição de EPIs para exposição a rejeitos</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento sanitário pós-inundações</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Vigilância popular da qualidade da água e solo</li> </ul>	
<b>Fragilização da Resiliência Econômica Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação de um fundo de emergência para perdas climáticas</li> </ul>	Pescadores, agricultores familiares, comerciantes locais, catadores de
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Implementação de seguros coletivos para pequenos produtores</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversificação de fontes de renda não dependentes do rio</li> </ul>	materiais recicláveis
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomento a economias locais e verdes</li> </ul>	
Proteção Social Insuficiente frente a Crises Sobrepostas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas</li> </ul>	Idosos, PcDs, mães solos, famílias em extrema pobreza
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento prioritário de famílias em vulnerabilidade extrema</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolos específicos para evacuação de idosos, PcDs e comunidades isoladas</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da rede SUAS</li> </ul>	
Degradação Acelerada dos Ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de adaptação climática com enfoque territorial</li> </ul>	Populações que dependem dos serviços ecossistêmicos (água, pesca, agricultura)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo sustentável da biodiversidade</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Corredores ecológicos para aumentar a resiliência</li> </ul>	

**Tabela 2:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.2. Danos e demandas socioambientais e crise hídrica

Além dos danos ao território e aos recursos naturais, a crise hídrica emergente revela o custo humano direto dessa contaminação. O território enfrenta uma grave crise socioambiental, com danos profundos que comprometem a saúde dos ecossistemas, a segurança hídrica e alimentar e as atividades produtivas tradicionais. Nos municípios do Vale do Aço, como evidenciado pela realidade de Ipaba, onde a Baixada Coronel Roberto perdeu totalmente sua produtividade agrícola, e de Iapu, onde o solo e a água do rio Bugre já não garantem a mesma produção agrícola anterior, a contaminação hídrica do rio Doce, seus afluentes e águas subterrâneas por rejeitos gera insegurança ambiental

para a população atingida, especialmente ribeirinhos, pescadores, agricultor familiar e comunidades tradicionais, agravada pelas alterações no regime de cheias e pelas "enchentes de rejeitos", fenômeno recorrente que atinge gravemente comunidades como a Ilha do Rio Doce.

A degradação dos solos agrícolas e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), agravada em regiões como Belo Oriente, onde as terras se tornaram inférteis e convivem com plantações industriais de eucalipto, somada à perda de biodiversidade e da fauna aquática, atinge diretamente agricultores familiares, ilheiros e pescadores artesanais. Este cenário resulta em insegurança hídrica e alimentar generalizada, especialmente crítica em comunidades como São Lourenço (Bugre) e no distrito de Cachoeira Escura (Belo Oriente), exigindo monitoramento contínuo, recuperação de nascentes e ecossistemas, tecnologias sociais de captação de água e remoção segura de rejeitos acumulados em áreas produtivas e monitoramento dos solos contaminados.

Problemas sanitários, como a destinação inadequada de resíduos sólidos e a inexistência de esgotamento sanitário adequado, questão demandada especificamente pela comunidade de São Lourenço em Bugre, ampliam os riscos à saúde e a própria degradação de mananciais, demandando saneamento básico e vigilância epidemiológica.

**Demandas:** Diante da grave crise socioambiental, as comunidades exigem monitoramento contínuo e descontaminação dos recursos hídricos, com ações urgentes de desassoreamento do Rio Doce e seus afluentes, implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água potável (como cisternas e poços artesianos) e garantia de distribuição emergencial de água mineral para consumo humano, assim como água para produção no território. Para enfrentar a degradação de solos e perda de biodiversidade, demandam-se programas de recuperação de nascentes e matas ciliares, implementação de tecnologias sociais como barraginhas e terraceamento, além de projetos de repovoamento da fauna aquática e manejo sustentável de espécies nativas, incluindo áreas de proteção permanente.

A insegurança alimentar requer apoio imediato à agricultura familiar agroecológica, criação de bancos de sementes crioulas e programas de segurança alimentar com distribuição de alimentos para as famílias mais vulnerabilizadas. A remoção segura de rejeitos acumulados em áreas produtivas e habitacionais deve ser

priorizada, com gestão participativa de áreas contaminadas e sinalização clara de zonas de risco.

Para os problemas sanitários, é fundamental a universalização do saneamento básico, com construção de redes de esgoto, estações de tratamento de efluentes e implementação de sistemas de coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos. A vigilância epidemiológica comunitária deve ser fortalecida, integrando saberes tradicionais e científicos para monitoramento de doenças de veiculação hídrica e contaminação por metais pesados.

Por fim, é essencial a garantia de participação ativa das comunidades na elaboração e fiscalização dessas ações, respeitando as diversas formas de organização popular já consolidadas no território e assegurando soluções territorialmente adequadas e culturalmente respeitosas.

#### Quadro 02 – Danos e demanda socioambientais e crise hídrica no Território 3

Dano Identificado	Demandas Comunitárias Relacionadas	População atingida prioritária
Contaminação do Rio Doce e afluentes por rejeitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitoramento contínuo da qualidade da água</li> <li>- Captação alternativa de água potável</li> <li>- Fornecimento de água mineral segura</li> <li>- Desassoreamento e descontaminação do rio</li> </ul>	População atingida, Ribeirinhos, pescadores, comunidades tradicionais, agricultores
Alteração do regime de cheias ("enchentes de rejeitos")	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planos de contingência e alerta</li> <li>- Melhoria da infraestrutura de drenagem</li> <li>- Proteção civil</li> </ul>	Populações ribeirinhas, ilheiros, agricultores

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fundo para emergências ambientais</li> </ul>	
<b>Degradação de solos agrícolas e Áreas de Preservação Permanente (APPs)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Recuperação de nascentes e matas ciliares</li> <li>– Recuperação de solos com tecnologias sociais (barraginhas)</li> <li>– Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)</li> <li>– Reflorestamento de APPs e agroecologia</li> </ul>	<b>Agricultores familiares, ilheiros</b>
<b>Perda de biodiversidade e dano à fauna aquática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Recuperação do ecossistema aquático</li> <li>– Repovoamento de espécies nativas e manejo de espécies invasoras</li> <li>– Monitoramento da fauna</li> </ul>	<b>Pescadores artesanais, comunidades tradicionais</b>
<b>Insegurança hídrica e alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Tecnologias sociais de captação (cisternas)</li> <li>– Construção/ampliação de ETAs e reservatórios</li> <li>– Água para produção agrícola e dessedentação animal</li> <li>– Programas de segurança alimentar</li> </ul>	<b>População atingida, agricultores, comunidades tradicionais</b>
<b>Interrupção de atividades tradicionais (pesca, agricultura, extrativismo)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Retomada da pesca e aquicultura sustentável</li> <li>– Apoio à agricultura familiar e agroecologia, quintais produtivos</li> <li>– Acesso e fortalecimento de mercados locais</li> </ul>	<b>Pescadores, areeiros e carroceiros tradicionais</b>

<b>Acúmulo de rejeitos em áreas produtivas e habitacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remoção ou manejo seguro de rejeitos</li> <li>- Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC)</li> <li>- Sinalização de áreas de risco</li> </ul>	<b>Comunidades ribeirinhas, ilheiros, agricultores</b>
<b>Danos à saúde vinculados à contaminação ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)</li> </ul>	<b>População atingida</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento integral à saúde</li> </ul>	<b>População atingida</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação transparente sobre riscos</li> </ul>	<b>População atingida</b>
<b>Doenças de veiculação hídrica (leptospirose, esquistossomose, entre outras)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância epidemiológica</li> </ul>	<b>Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saneamento</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Farmácia viva comunitária</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância popular ambiental</li> </ul>	
<b>Aumento/ surgimento de arboviroses e zoonoses</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle de vetores</li> </ul>	<b>Populações em áreas de risco</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância epidemiológica</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações preventivas</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância popular em saúde</li> </ul>	
<b>Falta de acesso a água potável</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas alternativos de abastecimento</li> </ul>	<b>População atingida, Comunidades</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição de água mineral segura e filtragem</li> <li>– Poços artesianos, cisternas e adutoras</li> <li>– Vigilância popular da qualidade da água</li> </ul>	ribeirinhas, PCTs, população rural
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento contínuo e alertas à população</li> <li>– Sistemas de filtragem para metais pesados</li> <li>– Alertas à população</li> <li>- Vigilância popular e monitoramento comunitário</li> </ul>	População atingida
Falta de infraestrutura de abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Poços profundos e ETAs adequadas</li> <li>– Cisternas de captação de água da chuva para consumo e produção</li> <li>– Sistemas alternativos e adutoras</li> </ul>	Comunidades rurais, PCTs
Destinação inadequada de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Coleta seletiva</li> <li>– Aterros sanitários adequados</li> <li>– Educação ambiental</li> <li>– Vigilância popular ambiental</li> </ul>	Populações urbanas e rurais
Inexistência/ inadequação de	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Redes de esgoto</li> </ul>	Populações de baixa renda

<b>esgotamento sanitário</b>	– ETEs	
	– Soluções individuais e tecnologias sociais	
	– Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento	

**Tabela 3:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.3. Danos e demandas de saúde física, mental e Assistência Social

A sobreposição de crises ambientais e sociais manifesta-se de forma aguda e crônica na esfera da saúde pública nos municípios do Vale do Aço. O rompimento da barragem de Fundão desencadeou uma crise sanitária profunda no Médio Rio Doce, caracterizada pela indissociabilidade entre danos à saúde física, mental e a assistência social.

A contaminação ambiental gerou um espectro de incertezas sobre a qualidade da água e dos alimentos, resultando no surgimento de doenças dermatológicas, gastrointestinais e no agravamento de condições crônicas, especialmente entre crianças, idosos e populações ribeirinhas, sem que houvesse a devida ampliação da rede e acompanhamento de saúde adequado para essa nova realidade. Paralelamente, instalou-se uma epidemia silenciosa de adoecimento mental, com casos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, agravados pelo aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas e pelo crescimento da violência intrafamiliar, o que sobrecarrega a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) já precarizada. Essa crise é intensificada pela sobrecarga dos serviços de atenção do SUS, pela falta de medicamentos e por barreiras de acesso que deixam populações rurais e tradicionais desassistidas.

A reparação exige, portanto, muito mais do que assistência médica pontual, demanda a implementação urgente de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH), a ampliação da cobertura da RAPS e da Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento de uma rede intersetorial de saúde, educação, cultura, meio ambiente e assistência social, reconhecendo que a saúde da população é um reflexo direto da saúde do território.

**Demandas:** Diante da crise sanitária multidimensional desencadeada pelo rompimento da barragem de Fundão, as comunidades atingidas do Vale do Aço demandam como medida imediata realização de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH) que investiguem os danos causados pela contaminação por rejeitos de minério na saúde da população, com atenção aos efeitos cumulativos. É urgente a implementação de um sistema integrado de vigilância epidemiológica participativa, capaz de monitorar o surgimento de doenças dermatológicas, gastrointestinais e outras condições relacionadas à contaminação ambiental, assegurando o fornecimento contínuo de medicamentos e tratamentos especializados principalmente para os grupos prioritários como crianças, idosos, PCDs, gestantes e populações ribeirinhas. Essa demanda é particularmente crítica em municípios como Naque e de Belo Oriente (comunidade Cachoeira Escura), que solicitam acesso à equipe multiprofissional e especialistas diante dos gastos elevados com medicação de uso contínuo e aumento de casos de transtorno do espectro Autista.

É imperiosa a expansão urgente da Atenção Primária à Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial, por meio da criação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Acolhimento, ampliação de equipes multiprofissionais e implementação de programas de base comunitária para enfrentamento da ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Para superar as barreiras de acesso, destaca-se a necessidade de serviços de saúde descentralizados, como Pontos de Apoio da APS em zonas rurais e comunidades quilombolas, bem como serviços itinerantes com unidades móveis equipadas para atendimento clínico, exames básicos e distribuição de medicamentos.

A valorização dos saberes tradicionais em saúde deve ser promovida através do diálogo entre a medicina convencional e os saberes tradicionais, assegurando o respeito às diferentes formas de práticas de cuidado. Entre as necessidades prioritárias estão garantir acesso contínuo e seguro à água potável, com captação alternativa ao rio Doce e monitoramento permanente e, ampliar a rede de assistência com profissionais especializados, inclusive em saúde mental, e redução do tempo para diagnóstico

É necessário implementar políticas efetivas de vigilância em saúde, assegurando monitoramento da qualidade da água, alimentos, solos e controle de vetores, com participação social através da Vigilância Popular em Saúde, dialogando com o que as

comunidades acionam constantemente à assessoria técnica, como identificado em São Sebastião do Baixio (Periquito), que relatam superpopulação de caramujo africano (*Achatina fulica*), vetor de doenças graves. Investimento em infraestrutura de saneamento, são demandas presentes no território.

A promoção de espaços de lazer, cultura, trocas de saberes e práticas tradicionais é necessário para fortalecer os vínculos comunitários e atuar na promoção da saúde como estratégia no enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas. Igualmente necessário é desenvolver planos de contingência para enchentes e apoio às famílias em áreas de risco geológico, como atestam os casos nas comunidades ribeirinhas de Pedra Corrida (Periquito) e Ipaba do Paraíso (Santana do Paraíso), com poços de abastecimento atingidos com as enchentes de rejeito do rio Doce.

Assegurar a segurança alimentar e nutricional, com acesso a alimentos saudáveis e fortalecimento da produção local, com garantia do acesso facilitado aos serviços e benefícios sociais. A integração entre o SUS e o SUAS também se coloca como importante e deve ser fortalecida por meio da qualificação das equipes para o trabalho intersetorial, a ampliação de CRAS e CREAS, com acompanhamento familiar multiprofissional e benefícios emergenciais para famílias em situação de vulnerabilidade, e a estruturação de redes de acolhimento para mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar, incluindo a criação de abrigos temporários, canais seguros de denúncia e acompanhamento psicossocial especializado e multiprofissional qualificado, como demandado por comunidades como Pedra Corrida, município de Belo Oriente, onde a assessoria já acolheu situações de vulnerabilidade relacionadas ao tema.

Por fim, é fundamental a alocação de recursos permanentes para manutenção dessas ações, com transparência na gestão e participação comunitária na fiscalização, a fim de garantir o alcance da reparação integral aos danos à Saúde Coletiva.

#### **Quadro 03: Danos e demanda relacionados à saúde física, mental e assistência social no Território 3**

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Danos à saúde vinculados à	- Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)	População atingida

contaminação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso aos serviços saúde</li> </ul>	População atingida
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise epidemiológica no contexto pós rompimento</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação transparente e responsável sobre riscos (comunicação de risco)</li> </ul>	População atingida
Surgimento de doenças dermatológicas e gastrointestinais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de medicamentos</li> </ul>	População atingida
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atenção em saúde especializada e multiprofissional</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância popular da qualidade da água e alimentos</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oferta de plantas medicinais e fitoterápicos (Farmácia viva, hortas comunitárias etc.)</li> </ul>	
Surgimento/ agravamento de doenças crônicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de medicamentos</li> </ul>	População atingida
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento multiprofissional</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Troca de saberes tradicionais</li> </ul>	
Doenças de veiculação hídrica/ alimentar (leptospirose, hepatite A, esquistossomose)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento das medidas de controle da Vigilância epidemiológica e ambiental</li> </ul>	População atingida com prioridade para Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saneamento básico</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários</li> </ul>	
Aumento/ surgimento de arboviroses e zoonoses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle de vetores (Vigilância ambiental e epidemiológica)</li> </ul>	População atingida com prioridade das ações em áreas de risco
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários na execução de ações de prevenção, controle e educação em saúde.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação das ações de educação em saúde</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância popular em saúde</li> </ul>	
<b>Danos à saúde mental (ansiedade, depressão, TEPT)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da RAPS (CAPS, APS, urgência e emergência)</li> <li>- Acompanhamento multiprofissional (psicológico, Terapeuta ocupacional, profissional de educação física, arte terapeuta, etc)</li> <li>- Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS</li> </ul>	População atingida
<b>Aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da RAPS (CAPS AD, Unidades de Acolhimento, centros de convivência, etc)</li> <li>- Fortalecimento das ações de redução de danos</li> <li>- Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS</li> </ul>	População atingida com uso abusivo de substâncias psicoativas
<b>Dificuldade de acesso aos serviços de saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento multiprofissional</li> <li>- Ampliação da cobertura da Atenção Primária</li> <li>- Contratação de especialistas</li> <li>- Serviços descentralizados (construção de ponto de apoio da APS, Academias da saúde) ou itinerantes (UOM, ambulatórios móveis para realização de exames)</li> </ul>	População atingida com ações prioritárias para os PCTs e zonas rurais
<b>Sobrecarga do sistema público de saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de PICS (Práticas Integrativas)</li> <li>- Ampliação da Rede de Atenção à Saúde (Pontos de Apoio da APS, academias da Saúde, ambulatórios, Serviços de Urgência e Emergência, transporte sanitário)</li> <li>- Contratação de profissionais para equipe multiprofissional e especializada</li> </ul>	Territórios atingidos
<b>Falta de acesso a medicamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da Assistência Farmacêutica</li> </ul>	PCDs, pessoas portadoras de

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da rede credenciada nas Farmácias populares</li> </ul>	doenças crônicas, população de baixa renda e população geral
Insegurança alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação do fornecimento de medicamentos nas farmácias básicas</li> <li>- Implementação com qualidade das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição</li> <li>- Fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional (prevenção e Controle de Agravos Nutricionais)</li> <li>- Trabalho intersetorial para garantia de acesso a alimentação saudável (SUS, Educação, SUAS, etc)</li> </ul>	Agricultores, PCTs, famílias de baixa renda, comunidade escolar e população geral
Falta qualificação profissional para lidar com danos do desastre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento das ações da Vigilância em desastre</li> <li>- Ações de Educação Permanente em saúde para o contexto do rompimento</li> <li>- Implantação e implementação de Protocolos de atendimento para o contexto do rompimento</li> </ul>	Profissionais da saúde que atuam nos territórios atingidos
Danos à saúde da criança e do adolescente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento das ações do PSE (Programa Saúde nas Escolas) no contexto pós-rompimento</li> <li>- Qualificação das ações da APS para o crescimento e desenvolvimento com acompanhamento multiprofissional incluindo PCDs, anomalias congênitas</li> <li>- Elaboração de linha de cuidado para crianças e adolescentes PCDs (Autismo, síndrome de Down, TDAH, etc)</li> <li>- Criação de Espaços de lazer, esporte, cultura junto ao SUS (Academias da Saúde com atividades voltadas à esse público, brinquedotecas públicas, cursos de teatro, música, etc)</li> </ul>	Crianças; adolescentes e PCDs
Agravamento por falta de espaços de lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento escolar</li> <li>- Recuperação de áreas de lazer</li> <li>- Programas esportivos e culturais</li> </ul>	População atingida

<b>Sobrecarga das mulheres com trabalhos domésticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços comunitários</li> </ul>	<b>Mulheres, mães solos.</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos sociais de interesses das mulheres dos territórios</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Creches em tempo integral</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações afirmativas para mães solo</li> </ul>	
<b>Aumento da violência autoprovocada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado</li> </ul>	<b>Jovens, adolescentes, população em geral</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de prevenção à violência nas escolas</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços comunitários para fortalecimento de vínculos</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de esporte, cultura e arte como promoção da saúde mental</li> </ul>	
<b>Aumento da violência intrafamiliar e de gênero</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado</li> </ul>	<b>Mulheres, crianças, adolescentes e população geral</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação da notificação de violências nos serviços</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da Rede de proteção à vítima</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de fortalecimento da rede de apoio comunitária</li> </ul>	
<b>Comprometimento das práticas tradicionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação do acompanhamento psicossocial</li> </ul>	<b>PCTs, povos indígenas, quilombolas e toda a população atingida.</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços de trocas de saberes tradicionais de cuidado</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização da medicina tradicional</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração dos saberes tradicionais com serviços de saúde</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Respeito aos saberes ancestrais</li> </ul>	<b>Idosos, PCDs, crianças,</b>

Desassistência a grupos em situação de vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de fortalecimento dos vínculos comunitários e de retomada econômica</li> <li>- Ampliação dos serviços Proteção social especial</li> </ul>	adolescentes, mulheres, famílias de baixa renda
Precarização dos serviços socioassistenciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação do acesso aos benefícios sociais</li> <li>- Fortalecimento das Ações do SUAS</li> <li>- Ampliação de CRAS e CREAS</li> </ul>	Famílias em vulnerabilidade, idosos, crianças, mulheres
Falta de acesso a água potável	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação do acesso aos benefícios sociais</li> <li>- Profissionais qualificados</li> <li>- Sistemas alternativos de abastecimento</li> <li>- Distribuição de água mineral segura</li> </ul>	População atingida urbanas, rurais e PCTs
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poços artesianos, cisternas e adutoras</li> <li>- Vigilância popular da qualidade da água</li> <li>- Fortalecimento das ações de monitoramento da Vigilância Ambiental</li> </ul>	População atingida urbanas, rurais e PCTs
Destinação inadequada de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de Sistemas de filtragem</li> <li>- Soluções individuais (biodigestores domiciliares e outras tecnologias alternativas)</li> <li>- Coleta seletiva</li> <li>- Aterros sanitários adequados</li> </ul>	População atingida urbanas, rurais e PCTs
Inexistência/	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de Educação em Saúde Ambiental</li> </ul>	

inadequação de esgotamento sanitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vigilância popular ambiental (Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento)</li> </ul>	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção e melhorias da Redes de esgoto (da coleta à destinação final)</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de ETEs</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Soluções individuais (fossa séptica e outras tecnologias alternativas)</li> </ul>	

**Tabela 4:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.4. Danos e demandas de Economia, Trabalho e Renda:

A economia do Médio Rio Doce, outrora dinamizada pelo rio e suas atividades tradicionais, entrou em colapso após o rompimento, alterando desde atividades diretamente ligadas ao rio até setores aparentemente desconectados. A pesca foi totalmente paralisada pela proibição, extinguindo a principal fonte de renda de muitas famílias e toda a cadeia produtiva a ela relacionada.

Na agropecuária, a combinação de solo contaminado, escassez de água e perda de áreas produtivas - agravada por enchentes reincidentes entre os anos 2018 e 2025 - inviabilizou a continuidade das atividades de agricultores e pecuaristas. O turismo e o comércio local entraram em declínio acentuado devido à drástica redução do fluxo de pessoas e à desconfiança generalizada dos consumidores em relação a qualquer produto originário da região, mesmo os produzidos longe do rio. Esse dano em cadeia revelou a profunda interdependência dos setores econômicos locais, onde a queda de um influenciou todos os outros.

Mulheres e jovens, que trabalhavam de forma menos visível nessas cadeias produtivas, foram especialmente negligenciados nos processos de reparação. A recuperação econômica exige, portanto, ações integradas que garantam não apenas o acesso a água e tecnologias, mas também a reinserção profissional desses grupos marginalizados.

**Demandas:** Diante do colapso econômico generalizado, as comunidades atingidas demandam a criação de um programa emergencial de renda básica para famílias que

tiveram suas atividades interrompidas, garantindo sustento durante a transição para novas fontes de renda. É urgente a reestruturação integral da cadeia pesqueira, com investimento em aquicultura sustentável em áreas não contaminadas, modernização de unidades de processamento de pescado e criação de mecanismos de comercialização direta que contornem o estigma associado aos produtos da região. Para a agropecuária, exige-se a recuperação de solos contaminados através de técnicas de bioremediação, implementação de sistemas de irrigação alternativos e acesso a crédito especializado para reconversão produtiva.

A recuperação do turismo regional depende da criação de rotas turísticas culturais e ecológicas em áreas não atingidas, certificação de qualidade para produtos locais e campanhas de ressignificação da imagem do território. É fundamental a criação de programas de capacitação e reinserção laboral com enfoque específico em mulheres e jovens, incluindo formação em economia solidária, gestão de negócios e tecnologias sustentáveis.

A revitalização do comércio local requer a implantação de feiras regionais certificadas, linhas de microcrédito preferencial e e-commerce comunitário para ampliação do mercado. Para garantir a sustentabilidade, demandam-se políticas de compras públicas prioritárias para produtos da região, criação de um selo de identificação de origem segura e investimento em pesquisa científica para desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao novo contexto ambiental.

Estas ações devem ser articuladas através de espaços participativos com representação de todos os setores atingidos, assegurando que a reparação econômica seja construída a partir do conhecimento local e das reais necessidades das comunidades.

#### Quadro 04 - Danos e Demandas em Economia, Trabalho e Renda do Território 3

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Diminuição da renda familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas emergenciais de complementação de renda</li> <li>- Inserção em programas de economia solidária</li> </ul>	Mulheres, jovens, pescadores, agricultores

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de geração de emprego e renda</li> <li>- Capacitação profissional</li> <li>- Inclusão de jovens no mercado de trabalho</li> </ul>	
<b>Colapso das cadeias produtivas locais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturação das cadeias da pesca e agricultura</li> <li>- Apoio à comercialização direta</li> </ul>	Pescadores, agricultores, comerciantes locais
<b>Aumento do desemprego e precarização do trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bolsas-capacitação</li> <li>- Programas de empreendedorismo</li> <li>- Políticas de proteção social</li> <li>- Programas de qualificação profissional</li> <li>- Inserção de jovens como aprendizes</li> </ul>	Jovens, trabalhadores informais
<b>Insegurança na pesca no Rio Doce e afluentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitoramento contínuo da qualidade do pescado</li> <li>- Subsídio para equipamentos de pesca alternativa</li> <li>- Projetos de retomada da pesca e aquicultura</li> <li>- Apoio à comercialização direta</li> </ul>	Pescadores artesanais, pescadores tradicionais, agricultores tradicionais, quilombolas
<b>Invisibilização das mulheres na cadeia pesqueira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Editais específicos para mulheres da pesca</li> <li>- Reconhecimento econômico das atividades femininas</li> </ul>	Mulheres pescadoras
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Flexibilização de critérios de comprovação de posse</li> </ul>	Agricultores de margens

<b>Falta de reconhecimento de produtores de áreas informais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reconhecimento de uso tradicional do território</li> </ul>	
<b>Acesso a água para atividades produtivas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Tecnologias sociais de captação (cisternas, barraginhas)</li> <li>– Construção/ampliação de ETAs e reservatórios</li> <li>– Água para produção agrícola e dessementação animal</li> <li>– Programas de segurança alimentar</li> </ul>	Quilombolas, agricultores
<b>Dificuldade de produção agropecuária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assistência técnica rural</li> <li>– Fornecimento de insumos não contaminados</li> <li>– Apoio técnico e financeiro à agricultura familiar</li> <li>– Regularização fundiária e ambiental</li> <li>– Acesso a mercados institucionais (PAA, PNAE)</li> </ul>	Agricultores familiares, quilombolas, ilheiros
<b>Exclusão na distribuição judicializada de silagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Critérios transparentes e participativos</li> <li>– Revisão dos processos de distribuição</li> </ul>	Produtores rurais excluídos da distribuição judicializada
<b>Ausência de programas para retomada pesqueira/agropecuária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Editais específicos para PCTs</li> <li>– Projetos de aquicultura sustentável</li> </ul>	Pescadores tradicionais, quilombolas, agricultores tradicionais
<b>Substituição do pescado e aumento de despesas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Auxílio-alimentação emergencial</li> <li>– Programas de segurança alimentar</li> </ul>	Famílias de baixa renda

<b>Ausência de programas para juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos profissionalizantes</li> <li>- Programas de primeiro emprego</li> </ul>	<b>Jovens 16-29 anos</b>
<b>Carência de programas para comércio e turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de pontos turísticos</li> <li>- Feiras locais permanentes</li> <li>- Fomento a feiras populares</li> <li>- Apoio a Microempreendedores Individuais (MEI)</li> <li>- Incubadora de economia solidária</li> </ul>	<b>Comerciantes, guias turísticos, artesãos</b>
<b>Aumento de despesas por perda de subsistência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de apoio às economias de subsistência</li> <li>- Fomento à troca e ao autoconsumo</li> <li>- Ampliação do acesso ao PTR-Rural</li> <li>- Flexibilização de critérios para PCTs</li> <li>- Inclusão no CadÚnico</li> </ul>	<b>Famílias de agricultores e pescadores</b>
<b>Falta de qualificação para recolocação profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de reconversão laboral</li> <li>- Bolsas-formação</li> </ul>	<b>Pescadores e agricultores impedidos de exercer suas atividades profissionais</b>
<b>Falta de incentivo ao associativismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de cooperativismo e associativismo</li> <li>- Apoio à formalização de empreendimentos coletivos</li> </ul>	<b>Agricultores, pescadores, comerciantes, produtores e artesãos</b>

<b>Acesso à Carteiras de Pesca como identificação para acesso a projetos e programas</b>	- Apoio na emissão e regularização das carteiras de pesca profissional (RGP)	<b>Pescadores Profissionais Artesanais</b>
--	--	--

*Tabela 5: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)*

#### 2.4.5. Danos e demandas culturais, identitárias, patrimoniais e educacionais

Houve a alteração severa dos modos de vida tradicionais de quilombolas, congadeiros e pescadores, comprometendo a transmissão geracional de saberes. O acesso ao Rio Doce para lazer e cultura foi interrompido, houve redução dos laços comunitários e prejuízos à educação contextualizada, interferindo em projetos de vida, especialmente da juventude. Esses danos corroeram as bases simbólicas e sociais das comunidades do Vale do Aço.

O Rio Doce, mais que uma fonte de recursos, era um espaço vital de lazer, práticas culturais e constituição de identidades. Sua contaminação interrompeu bruscamente rituais, festividades e o convívio comunitário, levando ao enfraquecimento dos laços sociais e à desestruturação de modos de vida tradicionais de quilombolas, congadeiros e pescadores. Essa ruptura compromete a transmissão de saberes entre gerações, isolando mestres da cultura e idosos, enquanto os jovens veem seus projetos de vida serem interrompidos pela falta de perspectivas.

Na educação, o prejuízo é duplo: há um comprometimento do ensino contextualizado, que não dialoga mais com a realidade local degradada, somado à carência de infraestrutura, transporte escolar e recursos, que impede o acesso de estudantes de áreas rurais e isoladas. Esses danos que atingem o cerne da identidade coletiva, demandam ações de reparação que vão desde a recuperação de espaços de convivência e o apoio a manifestações culturais até a criação de políticas educacionais específicas que assegurem a permanência dos jovens na escola e a valorização de sua cultura.

**Demandas:** Diante da ruptura dos modos de vida tradicionais e do tecido sociocultural das comunidades, são urgentes ações que restaurem não apenas as condições materiais, mas também os vínculos simbólicos e identitários profundamente atingidos pela contaminação do Rio Doce. As comunidades tradicionais – quilombolas,

congadeiros, pescadores artesanais – demandam a criação de programas permanentes de revitalização cultural, com apoio à transmissão intergeracional de saberes, documentação da memória oral e realização de festividades e rituais em espaços adaptados e seguros.

É essencial a recuperação e requalificação de áreas de convívio às margens do rio, como praias fluviais, parques e centros comunitários, que permitam o reencontro simbólico das comunidades com o território, mesmo durante o processo de descontaminação. Para enfrentar o comprometimento da educação contextualizada, é fundamental a elaboração de currículos escolares interculturais, em diálogo com os saberes tradicionais, e a produção de materiais didáticos que abordem a história, a cultura e a realidade pós-rompimento.

A oferta de transporte escolar adequado e a construção de escolas em comunidades rurais e isoladas são medidas indispensáveis para garantir o acesso e a permanência, especialmente de jovens. É preciso ainda fomentar projetos de vida para a juventude por meio de bolsas de estudo, programas de formação técnica e profissional vinculados à economia local e ao fortalecimento da identidade cultural, e criação de espaços de escuta e participação juvenil.

A valorização dos mestres e detentores de saberes tradicionais deve ser concretizada com políticas de reconhecimento e remuneração por seu papel fundamental na preservação da cultura. Por fim, a reparação exige a garantia de participação efetiva das comunidades na concepção e gestão dessas ações, assegurando que as iniciativas respeitem suas temporalidades, significados e modos próprios de existir. A reconstrução dos modos de vida passa, necessariamente, pelo autorreconhecimento e pelo fortalecimento da autonomia cultural dos povos atingidos.

#### Quadro 05: Danos e demandas Culturais, Identitários, Patrimoniais e Educacionais do Território 3

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Alterações nos modos de vida tradicionais	– Programas de manutenção e revitalização de práticas culturais	Comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à transmissão geracional de saberes</li> </ul>	de terreiro, pescadores, agricultores familiares
<b>Comprometimento do acesso e uso do Rio Doce para lazer e cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de praias fluviais e áreas de lazer</li> </ul>	Populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, jovens, crianças
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação da qualidade da água para atividades recreativas</li> </ul>	
<b>Interrupção de práticas esportivas, recreativas e culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revitalização de espaços esportivos e culturais</li> </ul>	Jovens, crianças, comunidades de terreiros, povos tradicionais
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à realização de festividades e eventos comunitários</li> </ul>	
<b>Diminuição dos laços comunitários e afetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de reconstrução do tecido social</li> </ul>	Todas as comunidades atingidas, especialmente idosos e jovens
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades de integração comunitária</li> </ul>	
<b>Redução de atividades físicas e culturais ao ar livre</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de novos espaços abertos para atividades</li> </ul>	Crianças, idosos, comunidades em geral
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de áreas públicas de convivência</li> </ul>	
<b>Desconexão física e cultural entre comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de integração territorial</li> </ul>	Populações rurais isoladas, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria de vias de acesso e transporte</li> </ul>	
<b>Perda da qualidade de vida e bem-estar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de atenção integral à saúde</li> </ul>	Todas as populações atingidas

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Projetos de melhoria do bem-estar comunitário</li> </ul>	
<b>Prejuízos ao turismo e economia local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Retomada do circuito turístico do Rio Doce</li> </ul>	Comerciantes, guias turísticos, artesãos, pequenos empresários
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio à reabertura de pequenos negócios</li> </ul>	
<b>Danos à memória coletiva e transmissão de saberes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Projetos de registro e documentação da memória</li> </ul>	Mestres de cultura, lideranças comunitárias, detentores de saberes, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Museus e centros de memória comunitária</li> </ul>	
<b>Comprometimento da educação contextualizada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Educação intercultural e diferenciada</li> </ul>	Crianças e jovens de PCTs, comunidades rurais, congadeiros e comunidade de terreiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Materiais didáticos específicos para cada realidade</li> </ul>	
<b>Interrupção de projetos de vida juvenis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Programas de orientação profissional para jovens</li> </ul>	Jovens das comunidades atingidas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Oportunidades de formação técnica e superior</li> </ul>	
<b>Dificuldade de acesso à educação básica e superior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Transporte escolar adequado e seguro</li> </ul>	Estudantes de áreas rurais, comunidades isoladas, jovens de baixa renda
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bolsas de estudo e moradia estudantil</li> </ul>	
<b>Ausência de equipamentos educacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Construção e reforma de escolas</li> </ul>	Comunidades com pouca infraestrutura educacional

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação de bibliotecas e laboratórios</li> </ul>	
<b>Falta de recursos financeiros para educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxílio-material escolar e bolsas-permanência</li> </ul>	Famílias de baixa renda, estudantes vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de apoio à aquisição de materiais</li> </ul>	
<b>Altas taxas de Analfabetismo</b>	Fortalecimento de programas de alfabetização para jovens e adultos	Jovens e adultos de áreas rurais e periféricas

**Tabela 6:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.6. Danos diferenciados e demandas em gênero e raça

A análise dos danos do rompimento da Barragem de Fundão evidencia que mulheres e população negra figuram entre os grupos mais vulnerabilizados pelo desastre e pelo processo reparatório subsequente. A invisibilidade histórica dessas populações, somada às desigualdades estruturais de gênero e raça, resultou em agravamento das condições de vida, exclusão de programas de reparação e ampliação das situações de violência e marginalização social.

O registro sistemático realizado pela Assessoria Técnica Independente demonstra que os danos não se limitaram às perdas materiais, mas alcançaram dimensões socioeconômicas, culturais, ambientais e subjetivas, atingindo diretamente a autonomia, a saúde e os modos de vida dessas populações. A ausência de medidas reparatórias específicas e a inadequação dos instrumentos de cadastro e reconhecimento de atingidos perpetuaram desigualdades, configurando violações de direitos fundamentais, como o direito à autodeterminação, à reparação integral e à participação informada.

A interseção entre gênero e raça revela desigualdades estruturais, principalmente em relação as mulheres negras, que enfrentam não apenas o sexismo, mas também o racismo, em suas vidas diárias e em diversas esferas sociais. A importância da incorporação de uma perspectiva racial se torna ainda mais urgente quando se

considera o fato de que as populações mais próximas ao rompimento da barragem de Fundão, eram em sua maioria negros e negras.

A ausência de dados raciais e a falta de incorporação de uma perspectiva de gênero na metodologia do Cadastro da Fundação Renova invisibiliza mulheres e pessoas negras, suas demandas e possíveis violações de direitos que elas estejam sofrendo no processo de reparação.

O não levantamento de dados quanto a raça/cor das pessoas atingidas pode ser visto como forma de endossamento e perpetuação do chamado racismo ambiental, uma vez que a omissão da raça/cor invisibiliza processos raciais mais amplos de exclusão social e desigualdade no acesso a direitos e políticas reparatórias. Trazemos aqui essa tentativa de análise interseccional que nos permite identificar múltiplas vulnerabilidades sofridas pelos atingidos e atingidas.

**Demandas:** Diante desse cenário de violações múltiplas, tornam-se urgentes medidas reparatórias que incidam especificamente sobre as interseções de gênero e raça. É imperativo revisar os cadastros de atingidos com critérios interseccionais, garantindo a autoidentificação racial, o reconhecimento de mulheres como chefes de família e a criação de comitês de validação comunitária para corrigir sub-registros. Para enfrentar a sobrecarga de cuidado, demandam-se políticas de corresponsabilidade, como a implantação de creches, lavanderias comunitárias e o reconhecimento econômico do trabalho de cuidado.

É fundamental garantir a autonomia econômica das mulheres por meio de editais específicos para projetos produtivos, com ações afirmativas para mulheres negras, acesso prioritário a crédito, assistência técnica e capacitação profissional desburocratizada. Para combater a violência, é necessário fortalecer as redes de proteção, com a ampliação de serviços especializados como Delegacias da Mulher e CREAS, a realização de campanhas preventivas e a oferta de acolhimento psicológico e jurídico com perspectiva racial.

Por fim, a reparação integral exige a valorização dos saberes das mulheres e o cuidado de sua saúde integral, com a criação de programas de saúde da mulher que incluam a saúde mental e reprodutiva no contexto pós-desastre, e o fomento aos saberes tradicionais. Acima de tudo, é crucial garantir a participação equitativa e efetiva de mulheres, especialmente negras, em todos os espaços de decisão sobre o processo

reparatório, assegurando que as ações de reparação sejam construídas a partir de suas vozes e realidades específicas, rompendo com ciclos históricos de exclusão.

Diante desse contexto, a sistematização a seguir apresenta, de forma organizada, os principais danos identificados e as demandas prioritárias das mulheres e da população negra no processo reparatório, com vistas a subsidiar estratégias que garantam equidade, justiça social e efetividade na reparação integral.

**Quadro 06: Danos diferenciados e demandas em gênero e raça do Território 3**

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
<b>Redução da capacidade de subsistência familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Programas de segurança alimentar e geração de renda</li> <li>– Reconhecimento das atividades produtivas das mulheres</li> </ul>	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
<b>Exclusão das mulheres dos programas indenizatórios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Revisão dos critérios de elegibilidade</li> <li>– Inclusão de atividades produtivas femininas nos editais</li> </ul>	Mulheres artesãs, agricultoras, pescadoras (Trabalhadoras Informais)
<b>Perda de autonomia financeira e endividamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Linhas de crédito específicas</li> <li>– Programas de educação financeira</li> </ul>	Mulheres trabalhadoras informais
<b>Invisibilidade do trabalho feminino</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reconhecimento dos trabalhos domésticos e de cuidados como atividade remunerada</li> <li>– Políticas de valorização do trabalho feminino</li> </ul>	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
<b>Modelo excludente do cadastro (PG01)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Revisão dos cadastros com perspectiva de gênero</li> <li>– Reconhecimento de mulheres como chefes de família</li> </ul>	Mulheres chefes de família
<b>Exclusão acentuada de mulheres negras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Equidade no processo reparatório</li> <li>– Implementação de Ações Afirmativas nos programas reparatórios</li> </ul>	Mulheres negras

<b>Sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas de corresponsabilidade</li> <li>- Ampliação de creches e equipamentos sociais</li> </ul>	Mulheres, especialmente mães-solo
<b>Agravamento da saúde física e mental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento integral à saúde da mulher</li> <li>- Apoio psicológico especializado</li> </ul>	Mulheres negras, periféricas e rurais
<b>Falta de infraestrutura pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimento em creches, lazer e saneamento</li> <li>- Melhoria dos serviços básicos</li> </ul>	Mulheres de áreas rurais
<b>Interseccionalidade de opressões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abordagem interseccional nas políticas</li> <li>- Enfrentamento conjunto do sexismo e racismo</li> </ul>	Mulheres negras
<b>Ausência de dados desagregados por raça</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de recortes raciais nos registros</li> <li>- Pesquisas específicas sobre impactos diferenciados</li> </ul>	População negra
<b>Violação de acordos internacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cumprimento da Convenção 169 da OIT</li> <li>- Respeito aos direitos de consulta prévia</li> </ul>	Mulheres de Povos e comunidades tradicionais
<b>Participação sem efetividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia de acesso para participação feminina nos espaços decisórios</li> <li>- Formação de lideranças mulheres</li> </ul>	Mulheres Lideranças Comunitárias
<b>Falta de informação acessível</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais informativos com linguagem acessível</li> <li>- Canais de comunicação acessíveis</li> </ul>	Mulheres e população negra
<b>Violência de gênero e racismo ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redes de proteção e acolhimento</li> </ul>	Mulheres e população negra

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Capacitação de profissionais</li> </ul>	
Marginalização do trabalho feminino	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Políticas de equidade salarial</li> </ul>	Mulheres trabalhadoras informais
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Combate à precarização do trabalho feminino</li> </ul>	
Uso abusivo de medicamentos controlados	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Atenção integral à saúde mental</li> </ul>	Mulheres sob grande sobrecarga
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Redução da medicalização</li> </ul>	
Prejuízos por ausência de creches	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ampliação da rede de educação infantil</li> </ul>	Mães trabalhadoras
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Horários flexíveis de atendimento</li> </ul>	
Invisibilidade de mulheres negras nos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Produção de estatísticas desagregadas</li> </ul>	Mulheres negras
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Visibilização específica</li> </ul>	
Presença sem poder decisório	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Paridade de gênero nos espaços</li> </ul>	Mulheres
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento da participação feminina</li> </ul>	
Uso abusivo de álcool e outras drogas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ampliação do acesso a tratamento e reinserção social</li> </ul>	Mulheres negras e periféricas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fortalecimento das ações de prevenção</li> </ul>	
Suspensão de projetos de futuro	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Oportunidades de formação técnica e superior</li> </ul>	Mulheres jovens
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Novas vagas no mercado de trabalho</li> </ul>	

**Tabela 7:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.7. Danos e demandas de infraestrutura e acesso a direitos

O rompimento da barragem de Fundão aprofundou dramaticamente o colapso da infraestrutura pública no Vale do Aço, criando um cenário onde a falta de acesso a direitos básicos se tornou a regra para as populações mais vulneráveis. O território enfrenta uma crise multidimensional que vai desde a privação de água potável e esgotamento sanitário até a precariedade extrema do transporte e dos equipamentos públicos. Comunidades rurais e tradicionais são as mais atingidas pela falta de sistemas alternativos de abastecimento de água, enquanto a ausência de redes de esgoto e de gestão adequada de resíduos sólidos expõe populações periféricas a riscos sanitários permanentes.

A infraestrutura viária deteriorada e a falta de transporte público adequado isolam agricultores e comunidades ribeirinhas, dificultando o acesso a mercados, saúde e educação. Esta crise é coroada pela carência de equipamentos públicos essenciais como postos de saúde, CRAS e CREAS, e pela insegurança habitacional que atinge principalmente comunidades de baixa renda. O resultado é um ambiente onde a falta de iluminação pública, acessibilidade e serviços básicos cria barreiras intransponíveis para idosos, pessoas com deficiência e mulheres, configurando um ciclo de exclusão que exige intervenções urgentes e estruturais para garantir condições mínimas de dignidade.

**Demandas:** As comunidades atingidas reivindicam a implementação urgente de sistemas alternativos de abastecimento de água (poços artesianos, cisternas, adutoras), monitoramento contínuo da qualidade hídrica, distribuição emergencial de água mineral segura, implantação de redes de esgoto e estações de tratamento, complementadas por soluções individuais como fossas sépticas nas áreas rurais. Paralelamente, exigem a criação de sistemas integrados de coleta seletiva, unidades de tratamento de resíduos, programas permanentes de educação ambiental, sistemas comunitários de alerta precoce para enchentes, obras de contenção em áreas de risco e planos de contingência territorializados.

É fundamental a recuperação urgente de estradas rurais e vias de acesso, implantação de transporte público acessível com tarifas populares, recuperação de embarcações e infraestrutura aquática para populações ribeirinhas, ampliação da rede de equipamentos públicos (UBS, CRAS, CREAS, escolas), serviços itinerantes de saúde e assistência social, capacitação de profissionais locais, garantia de transporte escolar

adequado, programas de regularização fundiária e melhoria habitacional para famílias de baixa renda, adaptação de espaços públicos para pessoas com deficiência e idosos, incluindo transporte acessível e iluminação pública adequada.

Como medidas transversais, demandam proteção a lideranças ameaçadas com criação de canais seguros de denúncia, acompanhamento psicossocial, implementação de sistemas comunitários de vigilância, participação ativa das populações atingidas em todas as etapas do processo reparatório, alocação de recursos específicos e transparência na gestão.

**Quadro 07: Danos e demandas relacionados à infraestrutura e acesso a direitos do território 3**

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Comprometimento do acesso à água potável	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas alternativos de abastecimento</li> <li>- Monitoramento contínuo da qualidade da água</li> <li>- Poços artesianos e cisternas</li> </ul>	Comunidades rurais, PCTs, populações vulneráveis, ribeirinhos, agricultores, pescadores, população atingida
Ausência/insuficiência de esgotamento sanitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de redes de esgoto e ETEs</li> <li>- Sistemas individuais de tratamento</li> <li>- Fossas sépticas e sumidouros</li> </ul>	Populações de baixa renda, comunidades periféricas, PCTs e população negra
Falta de gestão de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta seletiva e UTRs</li> <li>- Programas de reciclagem</li> <li>- Educação ambiental</li> </ul>	Comunidades ribeirinhas, áreas periféricas
Inexistência de medidas de prevenção a enchentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas de alerta precoce</li> <li>- Obras de contenção</li> <li>- Planos de contingência</li> </ul>	Populações em áreas de risco, ribeirinhas, agricultores de margem
Deficiência no sistema de drenagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obras de contenção de enchentes</li> <li>- Melhoria do sistema de drenagem urbana</li> <li>- Limpeza de córregos e canais</li> </ul>	Populações em áreas de risco, comunidades ribeirinhas, agricultores de margem
Perda de terreno por contaminação e enchentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de áreas</li> <li>- Indenizações por perda territorial</li> </ul>	Agricultores, ribeirinhos, ilheiros

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reassentamentos</li> </ul>	
<b>Perda de hortas produtivas por contaminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de solos</li> <li>- Sistemas alternativos de produção</li> <li>- Assistência técnica</li> </ul>	Agricultores familiares, PCTs
<b>Precariedade da infraestrutura viária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de estradas rurais</li> <li>- Pavimentação de vias de acesso</li> <li>- Melhoria do transporte público</li> </ul>	Agricultores, comunidades isoladas, estudantes
<b>Acesso transporte público/coletivo de qualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturação de linhas</li> <li>- Veículos adequados</li> <li>- Tarifas acessíveis</li> </ul>	Trabalhadores, estudantes, idosos
<b>Precarização das vias de acesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de estradas</li> <li>- Pavimentação e manutenção</li> <li>- Acessibilidade anual</li> </ul>	Agricultores, comunidades isoladas
<b>Falta de mobilidade urbana e rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte intermunicipal</li> <li>- Vias para comércio</li> <li>- Acesso a mercados</li> </ul>	Comerciantes, agricultores, estudantes
<b>Impedimento do transporte aquático</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de embarcações</li> <li>- Acesso a portos e rampas</li> <li>- Segurança náutica</li> </ul>	Ribeirinhos, pescadores, ilheiros
<b>Dificuldade de acesso a sedes municipais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte fluvial e terrestre</li> <li>- Melhoria de acessos</li> <li>- Serviços descentralizados</li> </ul>	Populações ribeirinhas, comunidades rurais e PCTs
<b>Falta de equipamentos públicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de CRAS, CREAS, UBS</li> <li>- Centros comunitários e espaços culturais</li> </ul>	Populações vulneráveis, idosos, crianças
<b>Dificuldade de acesso a serviços socioassistenciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de CRAS/CREAS</li> <li>- Serviços itinerantes</li> <li>- Capacitação de agentes</li> </ul>	Populações vulneráveis, idosos
<b>Deficiência no acesso à energia elétrica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da rede elétrica</li> <li>- Sistemas alternativos de energia</li> </ul>	Comunidades tradicionais, áreas rurais

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regularização de ligações</li> </ul>	
<b>Falta de acesso à comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação de sinal de internet e telefonia</li> <li>- Centros comunitários de acesso digital</li> </ul>	Jovens, estudantes, pequenos empresários
<b>Precarização dos serviços de saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação de UBS e UPAs</li> <li>- Profissionais de saúde</li> </ul>	Idosos, pessoas com deficiência, gestantes
<b>Precarização dos serviços de educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção e reforma de escolas</li> <li>- Transporte escolar adequado</li> <li>- Material didático</li> </ul>	Crianças e jovens de áreas remotas
<b>Insegurança habitacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regularização fundiária</li> <li>- Melhorias habitacionais</li> <li>- Programas de moradia social</li> </ul>	Comunidades de baixa renda
<b>Falta de acessibilidade urbana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptação de espaços públicos</li> <li>- Transporte acessível</li> <li>- Sinalização adequada</li> </ul>	Pessoas com deficiência, idosos
<b>Deficiência na iluminação pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de iluminação em áreas críticas</li> <li>- Manutenção do sistema existente</li> </ul>	Mulheres, população em geral

*Tabela 8: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)*

#### 2.4.8. Danos e demandas relacionadas à mobilização e participação comunitária

O processo de reparação no Vale do Aço é marcado por graves violações ao direito à participação, que perpetuam a exclusão histórica dos grupos mais vulnerabilizados. A falta crônica de informações acessíveis, combinada com a exclusão inicial de cadastros como o PG01, criou barreiras intranscendentes para mulheres, povos tradicionais e populações de baixa renda. Essas comunidades enfrentam obstáculos concretos que vão desde a dificuldade de deslocamento - pela falta de transporte gratuito e horários incompatíveis - até a ausência de espaços de acolhimento para crianças durante as reuniões.

Lideranças comunitárias, especialmente mulheres, sofrem com ameaças e desgaste físico e emocional, enquanto a desconfiança nas instituições se aprofunda

devido ao descumprimento sistemático de prazos e à falta de transparência. Há fragilidade na governança que revela um processo reparatório que, longe de ser democrático, reforça assimetrias de poder e ignora os protocolos próprios de consulta das comunidades tradicionais, comprometendo severamente a legitimidade e eficácia das ações de reparação.

**Demandas:** Diante das graves violações ao direito à participação, as comunidades atingidas exigem a criação de um sistema transparente e acessível de informação, com divulgação contínua e em linguagem clara de todos os passos do processo reparatório, utilizando múltiplos canais de comunicação, incluindo rádios comunitárias, materiais impressos e digitais de fácil compreensão.

É urgente a revisão dos critérios de cadastramento com a reabertura de prazos para grupos injustamente excluídos, como mulheres, povos tradicionais e populações de baixa renda, assegurando ações afirmativas que corrijam as distorções iniciais. Para superar as barreiras logísticas, demandam-se transporte gratuito para participação em reuniões, horários flexíveis que respeitem a jornada de trabalho e cuidados familiares, e a disponibilização de espaços de acolhimento para crianças e adolescentes durante os encontros.

A proteção integral das lideranças comunitárias, especialmente mulheres, deve ser garantida por meio de medidas de segurança, acompanhamento psicossocial e mecanismos de denúncia seguros e ágeis. É fundamental o respeito aos protocolos de consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades tradicionais, com tempo e metodologias adequadas a cada grupo, assegurando que as decisões refletem suas necessidades e visões de mundo. A institucionalização de espaços de governança democrática, com poder deliberativo e representação paritária, é crucial para reverter a atual assimetria de poder. Por fim, exige-se a criação de mecanismos independentes de monitoramento e fiscalização do processo reparatório, com participação de entidades da sociedade civil e órgãos de controle, para garantir o cumprimento de prazos, a transparência na aplicação de recursos e a efetivação das demandas comunitárias. A reparação só será legítima e eficaz quando as vozes historicamente silenciadas forem centrais na construção das soluções.

**Quadro 08: Danos e demandas relacionados à Mobilização e à Participação comunitária do Território 3**

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
<b>Falta histórica de acesso à informação e participação informada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transparência ativa nos processos</li> <li>- Informações claras e contínuas</li> <li>- Materiais em linguagem acessível</li> </ul>	População com baixa escolaridade, PCTs, idosos
<b>Exclusão do Programa de Cadastroamento (PG01)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisão dos critérios de exclusão</li> <li>- Nova etapa de cadastramento</li> <li>- Ações afirmativas para grupos excluídos</li> </ul>	Mulheres, PCTs, pescadores artesanais
<b>Interrupção e enfraquecimento da governança popular</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento dos GAAs</li> <li>- Formação política continuada</li> <li>- Recursos para mobilização</li> </ul>	Lideranças comunitárias, movimentos sociais
<b>Não reconhecimento da autodeterminação dos PCTs</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Respeito à Convenção 169 da OIT</li> <li>- Consulta prévia, livre e informada</li> <li>- Protocolos próprios de consulta</li> </ul>	PCTs
<b>Aumento da violência de gênero e ameaças a lideranças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção a lideranças ameaçadas</li> <li>- Canais seguros de denúncia</li> <li>- Acompanhamento psicossocial</li> </ul>	Mulheres lideranças, defensoras de direitos
<b>Dificuldade de deslocamento para participação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte gratuito para reuniões</li> <li>- Locais de reunião acessíveis</li> <li>- Reuniões em horários alternativos</li> </ul>	Comunidades isoladas, idosos, PcDs
<b>Falta de reconhecimento das</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização dos saberes locais</li> <li>- Formação de novas lideranças</li> </ul>	Lideranças comunitárias,

<b>lideranças comunitárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Espaços institucionais para representação</li> </ul>	representantes de PCTs
<b>Barreiras linguísticas e culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Materiais em línguas tradicionais</li> <li>– Mediadores culturais</li> <li>– Respeito aos protocolos comunitários</li> </ul>	PCTs
<b>Sobrecarga de trabalho para participantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Corresponsabilidade doméstica</li> <li>– Horários compatíveis</li> <li>– Compensação por tempo de participação</li> </ul>	Mulheres, trabalhadores informais
<b>Falta de capacitação para participação efetiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cursos de formação política</li> <li>– Oficinas sobre direitos</li> <li>– Acompanhamento técnico</li> </ul>	Jovens, mulheres, novas lideranças
<b>Desgaste das lideranças comunitárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apoio psicológico</li> <li>– Rodízio de representantes</li> <li>– Capacitação em direito</li> </ul>	Lideranças mais antigas, mulheres lideranças
<b>Falta de cirandas ou espaços de acolhimento a crianças e adolescentes durante as reuniões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Espaços de acolhimento para crianças</li> <li>– Brinquedistas durante reuniões</li> <li>– Horários reduzidos</li> </ul>	Mulheres com filhos pequenos
<b>Desconfiança nos processos institucionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mediação independente</li> <li>– Cumprimento de prazos</li> <li>– Resultados tangíveis</li> </ul>	Comunidades com experiências negativas
<b>Dificuldade de acesso a tecnologias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Pontos de internet comunitária</li> <li>– Empréstimo de equipamentos</li> <li>– Capacitação digital</li> </ul>	Idosos, populações de baixa renda
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cronogramas claros e realistas</li> </ul>	

<b>Incerteza quanto ao futuro do processo reparatório</b>	- Informação permanente sobre andamento	Todas as comunidades atingidas
	- Estabilidade das ações reparatórias	

**Tabela 9:** Fonte: *Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)*

#### 2.4.9. Danos Específicos e demandas relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

Além dos danos socioambientais, à saúde, à renda e à infraestrutura já identificados, os Povos e Comunidades Tradicionais foram atingidos de forma diferenciada, sofrendo danos diretos sobre sua ancestralidade, modos de vida e organização social.

Os danos específicos a esses grupos configuram um quadro complexo de vulnerabilização e desestruturação social, destacando-se a perda ou modificação significativa dos modos de vida e ofícios tradicionais (e.g., pesca artesanal, agricultura de subsistência), a instauração de um severo cenário de insegurança alimentar, nutricional e hídrica e o comprometimento da renda e das fontes de subsistência por meio da paralisação de atividades econômicas tradicionais. No domínio da saúde, observam-se manifestações de adoecimento físico e psicológico e o aumento da necessidade de medicação contínua, agravadas pela contaminação e escassez hídrica. Ademais, o evento resultou na perda de espaços de sociabilidade e lazer, no esvaziamento territorial por migrações forçadas e no enfraquecimento das relações comunitárias, culminando na interrupção de práticas religiosas e manifestações de fé vinculadas ao ambiente atingido (e.g., rituais no Rio Doce e afluentes).

A somatória desses danos não se restringe à esfera material, mas se configura como um grave processo de invisibilização, racismo ambiental, epistemicídio e, crucialmente, uma violação direta ao direito fundamental de autodeterminação e autoidentificação, conforme preconiza a Convenção N°169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O próprio processo reparatório tem sido fonte de novos danos, caracterizados pela restrição ao direito de autoidentificação de "tradicional-atingido", insuficiência de acesso à informação e participação efetiva, e a morosidade na resposta às demandas apresentadas.

Em face deste panorama de violações sistêmicas, as demandas prioritárias dos Povos e Comunidades Tradicionais do Território 3 visam a reconstrução e o fortalecimento de sua autonomia e identidade. Estas incluem o apoio técnico e jurídico para a elaboração e implementação de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada, a realização de oficinas de fortalecimento da tradicionalidade e o desenvolvimento de cartografia social para o reconhecimento territorial.

Requer-se, ainda, suporte para processos de certificação institucional, constituição associativa, e defesa de direitos em face de grandes empreendimentos, bem como a ampliação do acesso à informação qualificada sobre questões territoriais, infraestrutura, serviços públicos e programas sociais. Tais solicitações demonstram um imperativo pela reparação integral que transcende a dimensão material, focando na restauração da dignidade, identidade e autonomia dessas comunidades.

#### Quadro 09: Danos e demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais do território 3

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Perda/ modificação dos modos de vida tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à pesca artesanal e agricultura de subsistência.</li> <li>- Projetos de revitalização de ofícios tradicionais</li> </ul>	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
Insegurança alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de segurança alimentar específicos</li> <li>- Apoio à produção tradicional de alimentos</li> </ul>	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
Comprometimento das atividades econômicas tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de geração de renda baseados em conhecimentos tradicionais</li> <li>- Acesso a mercados para produtos tradicionais</li> </ul>	Todos os PCTs
Adoecimento físico e psicológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento diferenciado à saúde</li> <li>- Apoio psicossocial culturalmente adequado</li> </ul>	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais

<b>Insegurança hídrica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Captação alternativa de água</li> <li>- Monitoramento participativo da qualidade da água</li> </ul>	Todos os PCTs
<b>Perda de espaços de convivência e lazer</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de áreas de sociabilidade</li> <li>- Apoio a manifestações culturais</li> </ul>	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
<b>Esvaziamento comunitário por migração forçada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas de fixação territorial</li> <li>- Geração de oportunidades locais</li> </ul>	Jovens de comunidades tradicionais
<b>Enfraquecimento das relações comunitárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de fortalecimento do tecido social</li> <li>- Apoio a atividades coletivas</li> </ul>	Todos os PCTs
<b>Interrupção de práticas religiosas e rituais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção de locais sagrados</li> <li>- Apoio à realização de rituais</li> </ul>	Comunidades de terreiro, povos indígenas
<b>Restrição ao direito de autodeterminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Respeito aos protocolos de consulta</li> <li>- Apoio à autoidentificação</li> </ul>	Todos os PCTs
<b>Falta de acesso à informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação acessível e multilíngue</li> <li>- Formação sobre direitos</li> </ul>	Todos os PCTs
<b>Dificuldade de documentação e regularização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio para emissão de documentação</li> <li>- Assessoria para certificação</li> </ul>	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à criação de associações</li> </ul>	

<b>Necessidade de fortalecimento institucional</b>	- Capacitação em gestão	Lideranças comunitárias de Povos e Comunidades Tradicionais
<b>Cartografia social e reconhecimento territorial</b>	- Mapeamento participativo dos territórios	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	- Identificação de áreas de uso tradicional	

**Tabela 10:** Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

#### 2.4.10. Conclusão

Este diagnóstico evidencia, de forma contundente, que a reparação exige um enfoque interseccional e territorializado, capaz de responder à interdependência entre os danos socioambientais, econômicos, de saúde e culturais. A atuação no Território 03 revela um quadro de danos estruturais, multidimensionais e prolongados, agravados por vulnerabilidades preexistentes.

Fica evidente que os danos do rompimento transcendem o evento inicial, configurando um processo contínuo de violação de direitos. Este diagnóstico não é um mero levantamento temático, mas uma síntese analítica que evidencia a interdependência entre as dimensões socioambiental, econômica, de saúde e cultural. Ele reforça a necessidade premente de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação.

As demandas comunitárias catalogadas orientam a atuação técnica da Aedas e subsidiam a cobrança por respostas efetivas, justas e emancipadoras por parte das instituições responsáveis. Portanto, este diagnóstico justifica e demanda a implementação do presente plano de trabalho da Aedas, que se estrutura precisamente para operacionalizar tecnicamente as demandas aqui catalogadas, fortalecendo a capacidade de organização e negociação das comunidades atingidas e cobrando dos entes responsáveis as respostas necessárias para uma reparação integral que resgate o futuro interrompido, restaurando não apenas as perdas materiais, mas a dignidade, a autonomia e o projeto de vida das comunidades atingidas no Vale do Aço.

## 2.5. Fundamentação Legal

O direito à assessoria técnica independente é garantido como parte da concretização do princípio da reparação integral e do direito de participação informada da população atingida, previsto na legislação estadual de Minas Gerais através da Lei 23.795/2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e assegurado, em âmbito federal, pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

O ordenamento jurídico brasileiro assegura o direito à informação e à participação em matéria ambiental, a exemplo das Leis Federais nº 10.650/2003 (Lei de Acesso à Informação Ambiental) e nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como do art. 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê o princípio da participação ativa na defesa do meio ambiente.

Objetivando a implementação desse direito, antes da homologação do novo acordo de reparação, a contratação das assessorias técnicas e a aprovação de seus planos de trabalho ocorriam a partir do Eixo Prioritário nº 10, que tramitou no TRF-6 por meio do processo judicial nº 1003050-97.2020.4.01.3800. Nesse contexto, o plano de trabalho da Aedas havia sido apresentado com a participação do Fundo Brasil e aprovado em juízo. Cabe destacar que a decisão que aprovou o plano de trabalho das ATIs autorizou, em medida cautelar, a coleta de dados primários relativos a danos ambientais individuais, colhidos em campo, os quais serão substancialmente alterados com a homologação do novo acordo de reparação.

O acordo de reparação também prioriza o direito à assessoria técnica ao destacar, nos parágrafos primeiro e segundo da Cláusula 18 do Anexo 6, que as ATIs já atuantes nos territórios atingidos serão mantidas até a conclusão do prazo contratual e deverão apresentar plano de trabalho, bem como iniciar suas atividades nos territórios sob a gestão da União Federal para a contratação.

O Anexo 6 define que o escopo de trabalho das ATIs será com execução exclusiva de:

- I.** Prestar apoio organizacional às pessoas atingidas, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas neste ACORDO;
- II.** Prestar apoio às pessoas atingidas mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na

compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas neste ACORDO;

**III.** Sugerir ao Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce deliberar sobre propostas de elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas socioeconômicos e socioambientais considerados relevantes pelas comunidades atingidas;

**IV.** Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos locais de interesse da comunidade atingida;

**V.** Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade previstos neste ACORDO;

**VI.** Auxiliar as pessoas atingidas na apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

**VII.** Promover acesso às informações sobre processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades e serviços na área de abrangência deste ANEXO e sobre os aspectos culturais, socioambientais e econômicos na perspectiva do desenvolvimento sustentável, urbano, periurbano ou rural, por meio de atividades de educação não formal.

Como medida importante para a efetivação desse direito o Anexo 6 também estabelece as condições necessárias para que as assessorias possam atuar nos territórios, destacando que as entidades/associações devem ter o tempo mínimo de experiência de 03 anos, não possuir fins lucrativos, possuir experiência técnica comprovada, apresentar o plano de trabalho, dentre outros.

Nesse sentido, a Aedas cumpre com todos os critérios elencados, uma vez que pauta seu trabalho em modelo de assessoria técnica que prioriza os espaços participativos, os quais serão descritos na apresentação da Metodologia. Além disso, desde sua criação, o objetivo principal da Aedas é de interceder nas comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias atingidas e



garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos, visando a reparação justa, nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.



## 03. Objetivo Geral





### 3. OBJETIVO GERAL

Assegurar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem de Fundão da Samarco Mineração, Vale S.A e BHP Billiton em Mariana-MG, como pressuposto para a equiparação técnica e garantia da participação ampla e informada das comunidades, sobretudo no que tange ao Anexo 06 - Participação Social, do Acordo Judicial de Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, de 25 de outubro de 2024.



## 04. Objetivos Específicos



- I.** Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- II.** Apoiar a auto-organização, a participação coletiva e o acesso às medidas de reparação integral previstas no Acordo, para povos e comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades;
- III.** Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- IV.** Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida nos encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;
- V.** Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;
- VI.** Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso às ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- VII.** Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas a apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)



## 05. Metodologia



Para atingir os objetivos traçados propomos uma metodologia que visa, por meio de ferramentas participativas, a construção de conhecimento através do diálogo entre o saber técnico especializado e o conhecimento local das comunidades assessoradas. Ela é composta pelas seguintes partes: (A) Registro Familiar (RF); (B) Pesquisa-Ação, Educação Popular e Mobilização Social; (C) Espaços participativos externos; (D) Espaços e metodologias participativas com Povos e Comunidades Tradicionais; (E) Ciranda; e (F) Materiais Pedagógicos e de Comunicação.

### 5.1. Registro Familiar (RF)

A primeira etapa da metodologia de trabalho da ATI Aedas consiste na realização da coleta de informações que caracterizem as pessoas atingidas por meio da aplicação do Registro Familiar (RF). Esse instrumento constitui não apenas um questionário estruturado, mas sobretudo uma ferramenta de inclusão e de aproximação entre equipe de mobilização e comunidades assessoradas. Ao estabelecer o primeiro contato com os titulares do registro e seus núcleos familiares, o RF permite que o processo de acompanhamento se inicie de forma dialógica, possibilitando a escuta qualificada e a sistematização das realidades sociais vivenciadas nos territórios atingidos.

A coleta de informações realizada nessa etapa cumpre um papel fundamental na metodologia de trabalho da Aedas pois possibilita que as equipes apreendam a complexidade das condições de vida e os múltiplos efeitos do desastre-crime sobre diferentes dimensões da vida comunitária, indo além da simples produção de dados estatísticos. A partir das análises dos dados coletados, se inicia o exercício metodológico que conjuga o saber técnico especializado com o conhecimento popular local, subsidiando a construção compartilhada de diagnósticos e estratégias que fundamentam análises mais robustas sobre as demandas coletivas que orientam a formulação de propostas que ampliam a legitimidade do próprio processo de trabalho da assessoria técnica. O questionário do Registro Familiar é composto por 390 perguntas, distribuídas entre o núcleo familiar e seus membros, com o objetivo de evidenciar danos e demandas decorrentes do rompimento a partir de perguntas elaboradas sobre os seguintes temas:

- Acesso e qualidade da água;
- Enchentes e risco geológico;

- Patrimônio, cultura, esporte, lazer e educação;
- Povos e Comunidades Tradicionais;
- Atividades de subsistência e remuneradas;
- Despesas, dívidas e financiamento;
- Segurança Alimentar;
- Cuidado e condição de saúde;
- Projetos Comunitário;
- Comunicação e Acesso à Informação;
- Organização Comunitária;
- Programas Reparatórios.

A aplicação ocorre por visitas *in loco*, sempre com a anuência da família, que fornece suas informações e reflete sobre o desastre-crime, destacando danos vivenciados nos anos seguintes ao rompimento. Esse processo inicial é fundamental não apenas para registrar perdas e danos, mas também para construir diagnóstico participativo que oriente a atuação da ATI e fortaleça a legitimidade do acompanhamento técnico.

A análise dos dados obtidos nos registros familiares permite estimar perdas e danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, compreender mudanças nas condições de vida, identificar necessidades emergentes e planejar ações adequadas ao cenário encontrado. Esses dados fornecem uma visão da situação socioeconômica, de saúde e educacional das famílias, informando sobre a eficácia das medidas de reparação e mitigação implementadas, permitindo o acesso a informações que apoiem a definição de novas políticas públicas, bem como a utilização/continuidade daquelas já existentes.

## 5.2. Pesquisa-ação, Educação popular e Mobilização Social

Primamos pelo princípio de ampliação do protagonismo dos atingidos e das atingidas e, neste sentido, serão promovidos mecanismos que viabilizem a informação, a mobilização e o engajamento das comunidades a fim de propiciar que elas tomem decisões informadas no processo de reparação nos âmbitos social, ambiental e econômico das comunidades. Nesse sentido, o trabalho da assessoria técnica independente pauta-se em três pilares metodológicos fundamentais: a pesquisa-ação, a educação popular e a mobilização social. Para tanto, a partir do diálogo com as pessoas

atingidas e, em respeito às características socioculturais e formas de organização já estabelecidas nos territórios, serão promovidos espaços participativos que visem:

- I.** A democratização do acesso à informação no processo reparatório;
- II.** A construção de pautas, debate e aprofundamento sobre os planos, programas e ações de reparação;
- III.** A tomada participativa de decisão sobre temas prioritários e formas de encaminhamento;
- IV.** A construção de entendimentos coletivos.

Entende-se por pesquisa-ação, os desenhos de pesquisa que buscam tornar-se os “sujeitos pesquisados” em colaboradores do próprio processo de pesquisa, atribuindo à população alvo dos estudos papel significativo na formulação de perguntas, construção do desenho metodológico do estudo e mesmo na definição de quais estudos são bem-vindos e necessários (PERUZZO, 2017). Busca-se assim trazer a realidade narrada e vivenciada pela pessoa atingida para o centro do processo reparatório, sendo elementos importantes para a identificação dos danos causados e elaboração de propostas para sua reparação integral.

A educação popular visa a construção de um senso crítico que leve à compreensão coletiva da realidade e construção de entendimentos, bem como ao comprometimento e elaboração de propostas pela população, com vistas a construção de uma cultura de atuação para a cidadania. Ao contrário da ação antidialógica, a educação popular exige a postura de colaboração, para apoiar a população vulnerabilizada em seu processo de autorreflexão e reconhecimento, de modo que sejam os responsáveis pela construção dos mecanismos de transformação necessários para a superação da condição em que se encontram (FREIRE, 1970). Envolve o diálogo acerca dos problemas da população atingida em linguagem adequada, em um processo de tradução da linguagem técnica para a linguagem popular. Ao mesmo tempo, opera uma tradução inversa, construindo conceitos junto à população atingida e operando uma tradução inversa, do conhecimento popular para o campo técnico e jurídico.

Por fim, a mobilização social, enquanto metodologia, alimenta e é alimentada tanto pela pesquisa-ação, quanto pela educação popular. Werneck (2004) define a

mobilização como a convocação de vontades para atuação conjunta em um propósito compartilhado. Na abordagem aqui identificada norteia-se pelos princípios de construção da autonomia e participação, buscando a incidência ativa de sujeitos em sua realidade social (MAFRA, 2010). Nessa perspectiva, a ideia de mobilização tem em sua concepção propostas organizativas, de ação coletiva orientada a um propósito comum, propositivas, de visão de mundo ou objetivo compartilhado, e participativas, tendo em vista o caráter coletivo da ação.

Nessa perspectiva, de forma integrada e complementar, serão realizadas/os:

#### **5.2.1. Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs)**

Os Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo como principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Os grupos são instrumentos para se alcançar o protagonismo, a transparência e a continuação do processo de mobilização já iniciado nas comunidades, respeitando as particularidades de cada território. Todas as pessoas atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação serão convidadas pelo coordenador do grupo a integrar um GAA, que será acompanhado pela equipe de mobilização.

A estratégia metodológica do GAA visa possibilitar o acompanhamento mais próximo do(a) mobilizador(a) com as pessoas atingidas de determinada comunidade/território ou categoria profissional, para tanto, esses grupos têm como expectativa um quantitativo de 15 (quinze) a 20 (vinte) integrantes e são coordenados pelas próprias pessoas atingidas.

As reuniões são realizadas periodicamente, a cada 45 dias, de acordo com as demandas organizadas e apresentadas pelas comunidades/territórios e categorias profissionais. No contexto atual, espera-se que os GAAs cumpram um papel central no diálogo sobre os projetos comunitários e programas da reparação (proposição, monitoramento, execução), garantindo também o repasse qualificado sobre o andamento do processo reparatório. No território do Vale do Aço, atualmente a Aedas acompanha e assessorá **51 Grupos de Atingidos e Atingidas**.

### 5.2.2. Visitas Técnicas (VTs) e Acompanhamento de Lideranças

As Visitas Técnicas são realizadas por profissionais das equipes de mobilização e eixos temáticos, e seguem uma periodicidade quinzenal. São espaços que objetivam principalmente a qualificação da participação de lideranças comunitárias nas ações e atividades que decorrem do processo reparatório.

Para isso, as VTs visam também o fortalecimento de vínculos entre ATI e lideranças comunitárias, sendo um momento de escuta ativa e de trocas dialógicas, e assim, caracterizam-se por seu caráter formativo e informativo. Estes espaços contribuem para a) a organização de reuniões locais/comunitárias; b) repasses de informações sobre o processo reparatório, c) qualificação de pautas e demandas locais, d) preparação para reuniões com atores externos (Governos, Estado, Municípios, IJs e Instituições de Ensino), d) orientação sobre acesso à Programas, Projetos e Anexos da Repactuação/Reparação; entre outros.

### 5.2.3. Coletivo de Agentes Multiplicadores (AGMs)

O Coletivo de Agentes Multiplicadores é composto preferencialmente por três representantes de cada GAA (um homem, uma mulher e um jovem). Por seu engajamento mais ativo no processo reparatório, as pessoas atingidas envolvidas neste coletivo acompanharão, de forma mais próxima e aprofundada, os desdobramentos do processo de reparação (social, ambiental e econômica), com grande destaque para a temática de projetos, sejam eles comunitários, regionais e para a bacia do rio Doce. Também atuarão como cadeia transmissora de informações, apoiando a organização e mobilização para os GAAs dos quais são referência.

No território do Vale de Aço atualmente temos **86 AGMs** em assessoramento prestado pela ATIs. A proposta metodológica para o trabalho com esse coletivo perpassa também pelo acompanhamento de lideranças e o trabalho dos Eixos Temáticos.

### 5.2.4. Coletivo de Acompanhamento de Eixo – Eixo Temático AGM

A reparação de danos é um processo longo e complexo, que exige de todas as instituições e sujeitos envolvidos um intenso esforço de compreensão para aprofundamento nos diferentes temas que lhes atravessam. De modo a garantir a participação informada da população atingida nas diferentes esferas da reparação, o coletivo de Agentes Multiplicadores se divide em coletivos menores, os eixos temáticos,

para especialização nas temáticas: a) Saúde; b) Assistência Social; c) Reativação Econômica; d) Mulheres; e) Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; f) Participação e Controle Social; g) Socioambiental; h) Indenização e Transparência. Esses eixos reúnem-se trimestralmente, e acabam por fortalecer outros mecanismos e espaços de participação (governança) decorrentes da reparação, qualificando-se enquanto espaço de formação, monitoramento e proposição.

#### **5.2.5. Comissão de Atingidas/os**

A Comissão de Atingidos e Atingidas é um espaço organizativo das pessoas que são conhecidas e reconhecidas em seus territórios enquanto lideranças, que como tais assumem o compromisso de dialogar sobre as pautas coletivas nos espaços de representação, buscando que as demandas da população sejam encaminhadas e atendidas.

Nas reuniões, o coletivo de comissões assume o exercício do controle social, reforçando o compromisso com a transparência e a participação popular na fiscalização das atividades da ATI. As informações são disponibilizadas de forma clara, acessível e sem restrições, em conformidade com o princípio da transparência que orienta a atuação da Aedas em todos os seus projetos. Essa estrutura visa garantir que as pessoas atingidas tenham domínio e protagonismo no processo.

Neste sentido, para além das questões já apresentadas, o coletivo de comissões, ao reunir-se, realiza o monitoramento de ações e programas da reparação, bem como de atividades da própria ATI. É também neste espaço que demandas são socializadas e possibilidades de encaminhamento são construídas. O coletivo de comissões tem caráter consultivo de deliberativo, decidindo sobre os caminhos possíveis para a solução de problemas coletivos.

Cabe destacar que, as Comissões Territoriais, consolidadas a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC-GOV), são compostas por representantes das Comissões Locais, eleitos por meio de votação em assembleia. As reuniões dessas comissões ocorrem mensalmente.

#### **5.3. Espaços Participativos Externos**

Para além da estrutura participativa interna apresentada acima, existem espaços e atividades que ocorrem junto aos atores externos da reparação (Órgãos do Governo

Federal, Instituições de Justiça, Conselhos e Órgãos Ambientais e de Saúde, prefeituras, secretarias, assembleias, seminários, entre outros) em que a ATI atua de forma colaborativa com as pessoas e comunidades atingidas quando solicitado por elas, seja na preparação para atividade, seja no acompanhamento (presencial ou virtual). Nesse sentido, e objetivando a garantia do direito a participação das pessoas atingidas nesses espaços, optamos em classificá-los enquanto:

### **5.3.1. Espaço Participativo Externo – Acordo**

Enquadram-se aqui as atividades realizadas junto a atores, instituições e organizações atuantes no processo reparatório e contam com a participação das pessoas atingidas. Compreendemos estas enquanto ações inclusas no circuito da reparação, sendo exemplos a participação nas reuniões do Conselho Federal de Participação Social, reuniões das estruturas participativas estaduais e municipais, entre outras.

### **5.3.2. Espaço Participativo Externo - Cidadão (Espaço de participação cidadã)**

São espaços que não são vinculados diretamente ao Acordo, mas estão relacionados à reparação e cumprem papel importante para a sociedade civil enquanto locais de controle social, participação e deliberação cidadã. São exemplos desses espaços conselhos de políticas públicas, câmaras, assembleias, organismos internacionais e organizações sociais publicamente reconhecidas por sua atuação. A Aedas comprehende que o fomento do exercício da cidadania pela população atingida, incentivando e apoiando no acesso a mecanismos de participação pública já existentes, não apenas constrói canais alternativos para o diálogo a respeito dos direitos violados e do processo reparatório, como também representa um passo importante para a construção de autonomia das comunidades atingidas, e um possível legado importante do processo de assessoria técnica independente.

Um dos pontos centrais para um processo participativo efetivo é a materialização das reflexões coletivas em propostas da comunidade para o processo reparatório, que devem ser acompanhadas pela comunidade no exercício do controle social. Para tanto, considera-se fundamental a construção do “Plano de Ação Comunitário” que cumpre o papel de registro de demandas de cada um dos Grupos de Atingidos e Atingidas instituídos no processo de trabalho da ATI. Esses documentos identificam os principais pleitos da comunidade, as medidas previstas no Acordo que encaminham esses pleitos e a forma de monitoramento participativo de sua implementação. Serve assim como

elemento de controle social sobre as ações desenvolvidas, além de ser um registro de cada comunidade e de suas demandas e conquistas no processo reparatório.

#### **5.4. Espaços e Metodologias Participativas com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)**

A metodologia de trabalho da ATI Aedas junto aos povos e comunidades tradicionais tem como base o respeito aos princípios de Auto-identificação, Autodefinição e Auto-organização das comunidades, assim como preconizada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com base na organização autônoma da comunidade, quem define quem é e quem não é tradicional é a própria comunidade, a partir das noções de pertencimento e vínculos territoriais.

Para responder as demandas dos territórios tradicionais atingidos, foram desenvolvidas metodologias que respeitam o direito à participação e decisão das comunidades, em um processo contínuo de construção coletiva. São três as metodologias específicas utilizadas junto aos PCTs: 1) Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais; 2) Oficinas de Tradicionalidade e 3) Elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé. Para além desses, as comunidades participam de todos os demais espaços participativos citados anteriormente.

As comunidades tradicionais, por meio de suas lideranças, são consultadas previamente antes de qualquer espaço que vá acontecer. A consulta acontece para que a comunidade seja informada previamente de todos os espaços, quais temas serão abordados e possa propor uma agenda.

##### **5.4.1. Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais**

A metodologia do mapeamento foi estruturada a partir de uma demanda dos territórios atingidos por conta do não reconhecimento como "tradicional-atingido" no processo reparatório. Com isso, buscou-se identificar e georreferenciar esses povos e comunidades tradicionais. O Mapeamento se inicia com o cruzamento de dados do IBGE, da Fundação Cultural Palmares, de pesquisa documental e bibliográfica, juntamente com extensa pesquisa de campo.

Após reunir informações sobre a comunidade, a Aedas faz uma visita para estabelecer um primeiro contato e conversar com suas lideranças. Então é marcado uma reunião de apresentação do trabalho da Aedas para a comunidade. Depois, se inicia o

trabalho de mobilização e construção dos espaços participativos. Muitas vezes, as comunidades que já são assessoradas pela Aedas levantam a pauta da tradicionalidade, informando se reconhecer como comunidade quilombola, ribeirinha ou pescador tradicional. Todos esses dados são sistematizados e é feito o registro das coordenadas geográficas, para ser inserido no mapa.

O respeito ao tempo próprio das comunidades e aos processos de autoidentificação coletiva faz com que a metodologia de mapeamento desenvolvida pela Aedas seja contínua e esteja em constante atualização. As identidades de “tradicional”, “atingido” e “tradicional-atingido” vêm sendo construídas a partir da compreensão dos danos sofridos aos seus modos de vida tradicional. Até o momento, a Aedas Médio Rio Doce mapeou mais de 30 (trinta) povos e comunidades tradicionais. Dentre eles há quatro comunidades quilombolas, dezenas de coletivos de pescadores tradicionais, ribeirinhos e ilheiros, povos de terreiro, congados, pomeranos, areeiros e carroceiros.

#### 5.4.2. Oficinas de Tradicionalidade

O intuito das oficinas é levantar registros de história oral e documentar elementos de tradicionalidades das comunidades. As *oficinas* estão organizadas em 03 espaços participativos distintos.

- **Oficina 01 e 02 - Elementos de Tradicionalidade:** Consiste na escuta qualificada e no registro das histórias das comunidades, no processo de documentação de elementos de tradicionalidades (são registrados os seus modos de vida e produção, a organização social e as relações com o território tradicional). Geralmente são necessários dois ou mais espaços como esse.
- **Oficina 03 - Ouvindo os Mais Velhos:** Esse espaço consiste em visita técnica às lideranças e aos mais velhos. As visitas possibilitam o aprofundamento das histórias e memórias levantadas nas oficinas. É importante levantar informações sobre ancestralidade, início da ocupação no território, núcleos familiares mais antigos, tecnologias e ferramentas de produção, festas, celebrações, práticas culturais e religiosas. Também é pautada as principais mudanças geradas pelo rompimento aos modos de vida tradicionais. Quando possível, é feito levantamento audiovisual das visitas, por meio de fotos e vídeos.
- **Oficina 04 - Revisão Participativa:** A sistematização dos dados levantados ao longo das oficinas é apresentada por meio de uma carta que conta a história da

comunidade. Durante o espaço, a carta vai ser lida e revisada por todos. Por vezes, vai ser necessário mais de um espaço para a revisão. Após aprovada, a *Carta de Autorreconhecimento* é entregue a comunidade. Algumas dessas cartas têm auxiliado as comunidades no processo de certificação junto aos órgãos competentes.

#### 5.4.3. Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé

São documentos onde estão as regras e formas de organização próprias de cada povo e comunidade tradicional, assim, são forma escrita de seu direito próprio, suas instituições e normatividades, que desde sempre existiram e foram transmitidas oralmente. São instrumentos que os povos e comunidades tradicionais passaram a consolidar como forma de fazer o Estado entender e respeitar as suas leis. O protocolo é uma importante ferramenta de mobilização de base comunitária (com participação autônoma e efetiva, assim como obtenção do consentimento).

Antes de iniciar o processo de elaboração do protocolo é necessário o levantamento prévio de informações sobre o território, articulados com dois dos principais princípios da oficina, o passado (*a memória e o “quem somos”*) e o presente-futuro (*aquilo que nos ameaça*), mas também quais as expectativas e interesses de desenvolvimento autônomo da comunidade. É importante nesse momento procura dar conta da formação histórico-social da comunidade e do território, assim como sistematizar levantamento bibliográfico. Antes de iniciar as oficinas é necessário consultar as lideranças, apresentar a proposta de agenda e fazer adequações no calendário e na metodologia, proposta com base na especificidade de cada comunidade. A metodologia desenvolvida para a elaboração do Protocolo de Consulta consiste na realização de 08 espaços participativos, entretanto, se a comunidade achar necessário, devem ser realizadas mais oficinas. As oficinas estão organizadas da seguinte forma:

- **Oficina 01 e 02 - Memória Coletiva:** Levar os participantes a reflexão e compartilhamento de sua conexão com as famílias, com a terra, com as águas, com a alimentação e artesanato local, com as festas da comunidade e práticas tradicionais que existem ou já existiram naquele território, um momento de reativação da oralidade e apropriação pela assessoria dos elementos tradicionais de determinado campo.
- **Oficina 03 - Oficina de Direitos Tradicionais:** Políticas públicas e marcos regulatórios são apresentados em linguagem acessível e para conhecimento geral das

normativas nacionais e internacionais que podem se apresentar como portas para a comunidade proteger os seus direitos.

- **Oficina 04 - O que é um Protocolo:** A oficina de Protocolo tem como intuito garantir a proteção e preservação das comunidades atingidas como instrumentalização dos direitos das comunidades, a identificarem e utilizarem seus potenciais. Apresentando processos que outras comunidades vivenciaram (com recursos de audiovisual, leitura coletiva de protocolos que já estão prontos) espera-se estimular as comunidades atingidas, onde o projeto será desenvolvido a começarem a desenhar as formas de construção para a realidade específica das comunidades atingidas.
- **Oficina 05 e 06: Como Queremos ser Consultados:** Esse é o espaço no qual a comunidade vai refletir como deseja ser consultada. É importante que seja respondido: Como queremos ser consultados? Quando devemos ser consultados? Onde devemos ser consultados? Quem deve estar presente no processo de consulta? Como lidar com entes externos a comunidade? E várias outras questões sobre o processo de elaboração do protocolo. Após essas oficinas, tudo o que foi dito vai ser sistematizado e organizado em formato de texto.
- **Oficina 07 - Revisão Participativa:** A oficina tem por objetivo revisar coletivamente todos os pontos das oficinas anteriores, alinhando entendimentos sobre a sistematização das informações que serão publicadas e quais informações são internas a comunidade. Importante uma discussão ampla, densa e detalhada, de forma que deem legitimidade ao documento elaborado. Os encontros de revisão participativa levarão o tempo necessário estabelecidos pela comunidade.
- **Oficina 08 - Lançamento do Protocolo:** Espaço participativo que tem o objetivo de consagrar o trabalho feito com a comunidade e dar conhecimento comum sobre o Protocolo, com entrega do documento em formato impresso e por meio digital (PDF), para a comunidade e a assessoria divulgarem de forma ampla.

Além dos espaços participativos já desenvolvidos com os Povos e Comunidades Tradicionais, outras oficinas e metodologias têm sido demandadas pelas comunidades. Elas são: 1) Elaboração de cartografia social de territórios tradicionais; 2) Oficina sobre reparação e tradicionalidade; 3) Oficina sobre território, identidade e pertencimento; 4) Oficina sobre atravessamentos entre raça, gênero, trabalho e tradicionalidade (interseccionalidades).

### 5.5. Ciranda

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, além de atingir irreversivelmente a paisagem cultural/socioambiental entre Minas Gerais e Espírito Santo, trouxe para a vida de milhares de pessoas, diversos tipos de vulnerabilidades e danos, impostos dia após dia e de formas novas e distintas. No contexto das infâncias e adolescências atingidas pelo desastre-crime, comprehende-se como é essencial e preciso visibilizá-los, pois vivenciaram uma série de mudanças negativas que desestruturaram a suas identidades, os modos de vida, a cultura e tradicionalidades, além de outros aspectos como o decréscimo da qualidade e estrutura de vida e do acesso a ambientes estáveis e seguros em um momento crucial de seu desenvolvimento.

Assim, mostra-se necessário medidas independentes para reparação da faixa etária infantojuvenil, pois a exclusão social e as violações de direitos na infância e adolescência geram marcas profundas, atingindo não apenas o indivíduo, mas toda a estrutura social e por isso, como medida mitigatória de transtornos futuros, devemos ser mais incisivos na caracterização das infâncias e adolescência, descaracterizando-as como meras dependentes dos adultos e dando atenção às suas especificidades. A Aedas em todos os espaços participativos com as pessoas adultas atingidas promove a realização das cirandas. As cirandas são espaços participativos voltados às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos, na responsabilidade coletiva sobre as infâncias e adolescências e na prioridade absoluta da garantia de seus direitos, como estabelecido pela Constituição Federal do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º. Das pessoas registradas e acompanhadas pela Aedas no território, 23,7% são crianças e adolescentes.

As cirandas, assim como os espaços participativos voltados para os adultos, se fundamentam na educação popular, mobilização e pesquisa-ação para desenvolver metodologias que dialogam com a realidade cultural, social e territorial das crianças e

adolescentes atingidos. Por meio de propostas que trazem ludicidade, formação crítica, escuta ativa, orientadas pelo protagonismo, modos de vida e experiências desses sujeitos, os temas da reparação são esmiuçados com a finalidade de que os atingidos infantojuvenis tenham acesso democrático às informações do processo reparatório. Desse modo, podem discutir, a partir de sua realidade, os danos sofridos, as suas próprias demandas, as ideias de projetos e propostas a serem compartilhadas com os adultos para se somar nas construções de entendimentos coletivos e encaminhamentos que incidirão no processo de reparação.

Atrelado aos temas da reparação e considerando o conceito da Reparação Integral, as cirandas transversalizam assuntos como: diversidade étnico-racial, equidade de gênero, direitos dos povos e comunidades tradicionais, identidade cultural e social, meio ambiente e sociedade, saúde, lazer, educação, alimentação, direitos das crianças e adolescentes, além de outros que são fomentados ou levantados pelas/os próprias/os participantes.

Além disso, as cirandas possibilitam a participação plena das pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes, pois terão como rede de apoio uma equipe da ATI com profissionais plurais e de formação interdisciplinar, focados na proteção e garantia de direitos, na escuta e formação das crianças e adolescentes atingidas. As cirandas asseguram com que as mulheres-mães, socialmente sobrecarregadas com os cuidados das crianças, consigam participar de maneira que as discrepâncias de gênero sejam reduzidas. De acordo com os Registros Familiares da Aedas, por volta de 51,50% das pessoas acompanhadas no território são mulheres, o que evidencia a necessidade de ações voltadas para a sua efetiva participação quando mães.

Por fim, a ciranda no processo reparatório significa garantir que as vozes de crianças e adolescentes ecoem e deem sequência junto aos seus pais, às suas mães, aos familiares e à comunidade na luta pela reparação integral.

## 5.6. Materiais Pedagógicos e de Comunicação

A comunicação popular e o acesso à informação constituem instrumentos fundamentais na promoção de uma reparação que se faça justa e, assim, integral. Tais elementos fortalecem o protagonismo das comunidades atingidas, ampliam a transparência dos processos e contribuem para a construção coletiva de soluções. Essa comunicação, impulsionada pelo corpo técnico da Aedas em consonância com os anseios

e necessidades encontradas nos territórios, não apenas informa, mas também empodera e transforma, alinhando-se aos valores de igualdade, justiça e participação ativa das comunidades atingidas e suas próprias narrativas. Baseando-se no princípio de comunicação popular que "possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo" (Peruzzo, 2006, p. 4). Serão utilizados como instrumento os seguintes produtos:

### **Digitais**

**Boletim da Reparação:** tem como conteúdo os temas centrais da reparação e decisões judiciais que alcançam diretamente a vida das pessoas atingidas e os rumos da reparação individual ou coletiva. O objetivo desse boletim é manter as pessoas atingidas informadas sobre avanços, impasses e novas determinações do processo de reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp e, de maneira impressa, no jornal.

**Boletim Aedas Informa:** tem como conteúdo notícias institucionais da Aedas ou informações relevantes de parceiros, eventos, posicionamentos, editais e outras notícias. O objetivo é dar visibilidade ao papel institucional da Aedas e situar a entidade como referência na reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp.

**Boletim Médio Rio Doce:** tem como conteúdo as notícias do dia a dia, coberturas de reuniões internas (espaços participativos, por exemplo) e externas (com Instituições de Justiça, governos, entidades, audiências públicas). O objetivo é valorizar e dar transparência às atividades do território, reforçando a participação popular. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp.

### **Transmídia**

**Rádio Estação Rio Doce:** é um produto distribuído de forma acessível e próxima à realidade das comunidades, usando a oralidade como meio central de comunicação. Veiculado em plataformas digitais, rádios comunitárias e comerciais, abordando notícias, entrevistas, memórias e histórias de vida ligadas à reparação, à luta por justiça e à vida cotidiana das pessoas atingidas. Alcance de públicos que não acessam os meios digitais de forma constante.

**Jornal Territórios:** é um produto tipo tabloide contendo de 12 a 16 páginas, com lançamento bimestral. Objetiva ser um espaço de memória, informação e mobilização das pessoas atingidas. Traz reportagens, registros de atividades e análises sobre o processo de reparação, valorizando especialmente as vozes das mulheres, povos e comunidades tradicionais e população negra. Distribuído durante espaços participativos, disponibilizado no site e enviado em boletim digital para as comunidades assessoradas.

### Impressos

**Cadernos temáticos:** materiais aprofundados sobre temas específicos, funcionam como referência para espaços participativos, formações e fortalecimento de lideranças locais.

**Cartilhas/folders/folhetos:** tem formato prático e linguagem direta, facilitando a leitura rápida e o compartilhamento entre grupos de atingidos e atingidas e suas comunidades.

**Produtos gráficos:** buttons, adesivos, ecobags, banners, faixas, pastas, crachás, blocos de notas e cartazes. Utilizados em campanhas, espaços temáticos e datas simbólicas. Criam identidade visual compartilhada, pois circulam nos espaços participativos, plenárias e mobilizações, ampliando a visibilidade das pautas das comunidades.

### Campanhas

As campanhas de comunicação são utilizadas como estratégias internas e externas de atuação da equipe de comunicação, pois traduzem temas complexos em materiais acessíveis, como no caso das campanhas sobre o novo acordo de reparação. Utilizam identidade visual unificada, fortalecendo a credibilidade da assessoria técnica independente como fonte de informação segura e acessível. As campanhas de comunicação também são utilizadas para marcar datas simbólicas (como os anos do rompimento da barragem de Fundão), reforçando a luta coletiva e a memória das comunidades atingidas. Tem como foco principal circular em diferentes formatos (impressos, digitais, sonoros e audiovisuais), garantindo que a mensagem chegue tanto a quem está conectado às redes sociais quanto a quem depende de materiais físicos.

### Oficinas

As oficinas são ferramentas centrais na atuação junto às comunidades atingidas, pois formam sujeitos comunicadores, ampliando a autonomia popular na produção e circulação de informações. Elas se inserem como estratégia que fortalece a comunicação



popular, com conteúdo definido a partir da realidade, demandas e saberes das comunidades atingidas.

São criadas por meio de metodologias participativas, com exercícios práticos e linguagem acessíveis para, assim, introduzir noções básicas de comunicação, como fotografia, produção audiovisual, e recursos digitais.



## 06. Transparência e Rastreabilidade/ Monitoramento e Controle Social



## 6. TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE/MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Para garantir um monitoramento eficiente das ações realizadas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) e a conformidade com o Termo de Compromisso, estão programadas auditorias de natureza contábil-financeira e finalística. Uma entidade externa, independente da Aedas e de qualquer empresa associada às mineradoras, realizará essas auditorias. Essa entidade deve estar devidamente habilitada pelo Conselho Regional de Contabilidade para conduzir a auditoria externa.

Essa condição está prevista na Cláusula 27 do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, assinado em 25 de outubro de 2024, em razão do colapso da Barragem de Fundão.

De acordo com a cláusula mencionada, a auditoria visa avaliar a execução do plano de trabalho da ATI Aedas para verificar se está em conformidade com os compromissos estabelecidos no Acordo Judicial. Isso abrange a análise do uso dos recursos financeiros, a avaliação dos resultados obtidos em comparação com as metas definidas, a checagem da conformidade dos processos administrativos e operacionais, além da verificação da eficácia das ações implementadas nas comunidades atingidas.

Os pareceres técnicos fornecidos pela auditoria apoiarão o controle social e a tomada de decisões pelos órgãos competentes e outras instâncias de governança da reparação.

A Aedas disponibilizará os pareceres das auditorias contábil-financeiras e finalísticas, bem como os relatórios finalísticos trimestrais, em formato físico e digital, às Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas, às instâncias participativas previstas no Acordo Judicial e a qualquer pessoa atingida que os solicite. Além disso, os pareceres emitidos pela auditoria serão divulgados em uma aba específica de transparência no site institucional da entidade, garantindo amplo acesso à informação e fortalecendo o controle social sobre a execução do Plano de Trabalho.

Outra ferramenta que garante o controle social por parte de atingidos e atingidas são os encontros de Controle Social, nos quais será apresentado à Comissão de Atingidos e atingidas o balanço das atividades finalísticas realizadas no semestre via reunião ordinária das Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados e interessadas a participar.

A apresentação desses balanços permite a reflexão, adequações e construção coletiva com as Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados dos próximos passos da Assessoria, dentro do cronograma de atividades do Plano de Trabalho. Isso garante momentos de escuta, participação e avaliação contínua.

Como parte das ações voltadas ao controle social e à avaliação contínua do trabalho da ATI, a auditoria externa deverá realizar, no mínimo, um encontro semestral com as Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas. Esses encontros também estarão abertos à participação das instâncias previstas no Acordo Judicial e de qualquer pessoa atingida que deseje acompanhar o processo.

Durante esses encontros, serão apresentados os resultados das avaliações contábil-financeiras e finalísticas realizadas pela auditoria externa. Além disso, será realizada a escuta das pessoas atingidas, por meio da coleta de relatos e percepções sobre o trabalho desenvolvido pela ATI Aedas no período. Os relatos, coletivos e individuais, deverão ser incorporados aos pareceres da auditoria finalística e protocolados no sistema Judicial.

Contudo, a Aedas também divulgará de forma massiva e permanente, endereço eletrônico e número de telefone para receber possíveis críticas e sugestões a qualquer momento sobre o trabalho executado, bem como, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), para solicitações de quaisquer dados fornecidos à instituição ao longo do processo de assessoramento técnico independente. Respeitando o anonimato, tais reclamações serão repassadas para a Comissão Local, no intuito de analisar a relevância e construir coletivamente as soluções. Caberá ainda aos órgãos públicos avaliar as reclamações apresentadas pelas comunidades em relação à prestação de assessoria técnica independente e adotar as medidas que julgar cabíveis, após a oitiva da Aedas para esclarecimentos sobre os pontos apresentados.



## 07. Cronograma



## 7. CRONOGRAMA

ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatórios das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÍDIA RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatórios das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



## 08. Metas e Indicadores



## 8. METAS E INDICADORES

RD02-1: Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce, em especial os povos e comunidades tradicionais interessados a fim de que possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população;							
INDICADOR:	Nº de reuniões comunitárias realizadas por mês, a partir do 2º mês de execução.	META:	36 espaços participativos por semestre				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	45 dias	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	EIX	LOG	
RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	45 dias	Evidências das visitas realizadas no período	MOB	LOG		
RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios no acesso a seus direitos específicos reconhecidos.	4 meses	Documentos produzidos para acesso a direitos	MSD	DRI	COM	LOG

\*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-2: Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;							
INDICADOR:	Número de pessoas informadas sobre o Acordo.	META:	1000 pessoas a cada 6 meses				
INDICADOR:	Número de peças de comunicação veiculadas sobre o Acordo.	META:	50 peças de comunicação a cada 6 meses				
INDICADOR:	Número de canais de comunicação ativados pela ATI até o segundo mês de projeto.	META:	7 canais de comunicação				
ATIVIDADE	DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES				
RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	1 mês	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-2.2	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	três meses	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX	

RD02-2.3	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	1 mês	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.						

RD02-3: Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida nos encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;						
INDICADOR:		Assessoramento dos representantes escolhidos para o Conselho de Participação Social.	META:	03 Reuniões semestrais		
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES		
RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	15 dias	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	DRI	OI
RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes no sistema reparatório	15 dias	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados	EIX	COM	
RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	15 dias	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos	MOB	EIX	LOG
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.						

RD02-4: Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;						
INDICADOR:		Projetos em fase de elaboração com apoio técnico da ATI	META:	4 projetos elaborados por edital lançado		
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES		
RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG
RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatórios e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG

RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	3 meses	Projetos comunitários elaborados	EIX	MOB	
RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	3 semanas	Planos de Ação comunitários elaborados	EIX		

\*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-5: Assistir as pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso a ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;				
INDICADOR:	Número de atendimentos realizados a cada 6 meses	META:	100 atendimentos realizados	
ATIVIDADE	DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES	
RD-2-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	6 meses	Registro familiar aplicado	MOB
RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	45 dias	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos	SIV
RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	45 dias	Relatório de atendimentos realizados	MOB EIX

\*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-6: Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas para apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).				
INDICADOR:	Número de relatórios participativos das pessoas atingidas entregue a cada 6 meses	META:	1 relatório de demandas por semestre	
ATIVIDADE	DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES	
RD-2-5.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	45 dias	Documentos de encaminhamentos de demandas	EIX
RD02-5.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos Novo Acordo do Rio Doce	45 dias	Relatório de monitoramento das demandas	EIX
RD02-5.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	45 dias	Relatoria das reuniões realizadas	EIX

\*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

Atividades de gestão do projeto de assessoria técnica independente						
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES		
RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI no território	3 meses	-	LOG	ADM	
RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do Acordo	6 meses	fluxos do projeto implementados	OI		
RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	1 mês	-	LOG		
RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	1 mês	-	GI		
RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	3 meses	aplicativos desenvolvidos e implementados	GI		
RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	1 mês	Equipe contratada	ADM	TODAS	
RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	1 mês	-		TODAS	
RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	1 mês	-	ADM	GI	
RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	3 meses	Formações realizadas		TODAS	
RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	6 meses	Relatório Finalístico	OI		
RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	6 meses	Relatório Financeiro	ADM		
RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	1 mês	-	OI	TODAS	
RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	1 mês	-	ADM		
RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	3 meses	-	ADM	LOG	
RD02-7.15	Revisar o plano de trabalho da ATI	3 meses	Plano de trabalho revisado	OI	ADM	TODAS

\*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.



## 09. ORÇAMENTO



## 9. ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO

O presente orçamento foi elaborado com base em distribuição dos recursos previstos para o assessoramento técnico da população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão no Anexo 6 do Acordo Judicial para Reparação Definitiva. Conforme apontado pela Aedas em diferentes comunicações à Anater, o contexto atípico do território do Vale do Aço (com população superior a 350.000 pessoas e 11 municípios), leva a uma distorção e desproporcionalidade dos recursos recebidos, em relação aos demais territórios da Bacia, nesse sentido, para mitigar os problemas encontrados, na elaboração orçamentária foram adotadas algumas soluções metodológicas abaixo apresentadas.

Prezando por uma eficiência financeira e boa gestão do recurso, foram identificados itens de recursos humanos e estrutura que, pelo caráter transversal de execução tendem a ser compartilhados entre os territórios assessorados pela Aedas. São eles:

- Materiais comunicativos;
- Softwares e contratos;
- Parte dos recursos humanos;
- Parte dos itens de custeio.

Os cargos de RH compartilhados estão sinalizados no organograma do projeto e destacados na planilha de Recursos Humanos na cor azul. Os itens de custeio compartilhados estão apresentados em planilha específica.

Para os materiais de comunicação e recursos humanos compartilhados, buscou-se preservar a proporcionalidade de custo entre os planos de trabalho. Já os itens de custeio compartilhados foram distribuídos igualmente entre os planos de trabalho do T.06, T07 e T.08. Isso se deve ao fato de que o plano de trabalho do Vale do Aço possui uma maior execução territorial que não é acompanhada do aumento proporcional de recursos, dessa forma, considerando o RH e custeio específico necessário, não seria possível realizar uma divisão proporcional dos itens de custeio sem prejudicar drasticamente os outros itens de execução.

Em relação a distribuição do orçamento por metas, foi adotada a seguinte metodologia:

- Para a rubrica de recursos humanos, a partir da distribuição das equipes entre as atividades, calculou-se a distribuição proporcional de cada uma das equipes entre as metas do plano de trabalho, multiplicando o valor encontrado pelo custo total da equipe;
- A rubrica de Comunicação foi inserida integralmente nas metas 02, 03 e 04, a partir de uma divisão simples entre as três;
- Para a rubrica de espaços participativos identificou-se quais metas são executadas por cada tipo de espaço tendo seu custo dividido respectivamente nas metas identificadas;
- Para a rubrica de custeio optou-se por uma divisão equânime entre todas as metas.

Por fim, em relação a divisão das metas nas parcelas de desembolso, considerou-se a liberação de uma primeira parcela de 08 meses, 05 parcelas de 06 meses e uma parcela final de 04 meses, com a divisão proporcional do recurso de cada rubrica nas parcelas. A exceção dessa regra é a rubrica de recursos humanos que respeita de forma direta o cronograma de desmobilização do projeto.





## COM-2. CUSTO OPERACIONAL COMPARTILHADO

COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFBAESTBUTUBA

COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA								
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA	
COM-2.1	<b>COMUNICAÇÃO</b>							
COM-2.1.1	Despesas Postais/Correios	42	mês	R\$ 200,00	R\$ 8.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.1.2	Chip e crédito de celular pré pago	20	unid	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00	mensal	Compartilhada	
<b>Sub-total (Custo)</b>					<b>R\$ 10.400,00</b>			
COM-2.2	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)</b>							
COM-2.2.1	Serviços prestados - (Pessoa Jurídica e Física)	42	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 252.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.2	Serviços prestados por profissional da Instituição	42	horas	R\$ 45.869,56	R\$ 1.926.521,52	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.3	Diárias institucionais	130	unid.	R\$ 250,00	R\$ 32.500,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.4	Encadernações e Reprografia/Fotocópias e produtos personalizados	42	mês	R\$ 1.242,94	R\$ 52.203,48	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.5	Assessoria Jurídica	42	mês	R\$ 8.856,69	R\$ 371.980,98	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.6	Serviço Contábeis	46	mês	R\$ 9.643,00	R\$ 443.578,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.7	Multas, juros e tarifas extraordinárias	42	mês	R\$ 100,00	R\$ 4.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.8	Implantação da LGPD/PCEAT	6	unid.	R\$ 28.198,99	R\$ 169.193,94	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.9	Seguro trabalhista	8	ano	R\$ 10.000,00	R\$ 80.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.10	Seguro Escritórios, Equipamentos e Veículos	4	ano	R\$ 64.393,06	R\$ 257.572,24	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.11	Serviço de transporte	45	unid	R\$ 10.000,00	R\$ 450.000,00	mensal	Compartilhada	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 4.039.750,16</b>			
COM-2.3	<b>CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES</b>							
COM-2.3.1	Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	38	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 228.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.2	Manutenção de equipamentos	42	mês	R\$ 16.357,14	R\$ 686.999,88	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.3	Conservação, Manutenção, Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	38	unid	R\$ 5.457,00	R\$ 207.366,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.4	Alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins	4	ano	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.5	Serviços e bens de Segurança	42	mês	R\$ 2.000,00	R\$ 84.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.6	Prestação de Serviços para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 63.000,00	R\$ 63.000,00	final	Compartilhada	
COM-2.3.7	Aquisição de material para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	final	Compartilhada	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 1.319.365,88</b>			
COM-2.4	<b>DIVERSOS</b>							
COM-2.4.1	Consumo - Lanches (escritório)	42	mês	R\$ 1.200,00	R\$ 50.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.2	Água potável	924	garrafão	R\$ 25,00	R\$ 23.100,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.3	Combustível	75.600	litro	R\$ 7,00	R\$ 529.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.4	Estacionamento / Pedágio	42	mês	R\$ 1.680,00	R\$ 70.560,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.5	Ônibus / Taxi / Outros	42	mês	R\$ 1.443,00	R\$ 60.606,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.6	Aquisição de Passageiros	84	unid	R\$ 2.400,00	R\$ 201.600,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.7	Formação/capacitação equipe	16	unid.	R\$ 3.450,00	R\$ 55.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.8	Software, armazenamento em nuvem, contas de e-mail, programas e licenças de sistemas	4	Ano	R\$ 481.155,30	R\$ 1.924.621,20	inicial	Compartilhada	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 2.915.287,20</b>			
<b>TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL</b>							<b>R\$ 8.284.803,24</b>	
<b>DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS</b>								
COM-2.5	<b>AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS</b>							
COM-2.5.1	Notebook robusto + 3 anos de garantia estendida	4	unid.	R\$ 11.000,00	R\$ 44.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.2	Acessórios Audiovisuais	1	unid.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.3	Equipamento de videoconferência	1	unid	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.4	Mesa de plástico	30	unid.	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.5	Cadeira de plástico	120	unid.	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.6	Utensílios de cozinha	42	mês	R\$ 950,00	R\$ 39.900,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.7	Chip para smartphone	10	unid.	R\$ 20,00	R\$ 200,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.8	Equipamentos e acessórios de informática	42	mensal	R\$ 500,00	R\$ 21.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.5.9	Cabos para infraestrutura da internet	16	unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 40.000,00	inicial	Compartilhada	
<b>TOTAL CUSTO (R\$1,00) - Bens, móveis e equipamentos</b>					<b>R\$ 186.200,00</b>			
<b>TOTAL CUSTEIO</b>							<b>R\$ 8.471.003,24</b>	

VA-2 CUSTO OPERACIONAL TERRITORIAL								
COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA								
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA	
VA-2.1	COMUNICAÇÃO							
VA-2.1.2	Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	42	mês	R\$ 2.648,57	R\$ 111.240,00	mensal	T3	
VA-2.1.3	Telefone fixo e Internet (para os escritórios)	42	mês	R\$ 3.949,67	R\$ 165.886,00	mensal	T3	
<b>Sub-total (Custo)</b>					<b>R\$ 277.126,00</b>			
VA-2.2	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)							
VA-2.2.1	Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	42	mês	R\$ 472,50	R\$ 19.845,00	mensal	T3	
VA-2.2.2	Exames clínicos	114	unid.	R\$ 175,00	R\$ 19.950,00	mensal	T3	
VA-2.2.3	Diárias para equipe	1844	unid.	R\$ 100,00	R\$ 184.350,00	mensal	T3	
VA-2.2.4	Contratação temporária de profissionais	54	meses	R\$ 7.492,81	R\$ 404.611,74	mensal	T3	
VA-2.2.5	Aluguel Veículos - Veículo modelo Hatch e Veículo modelo 4x4	42	mês	R\$ 48.666,67	R\$ 2.044.000,14	mensal	T3	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 2.672.756,88</b>			
VA-2.3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES							
VA-2.3.1	Material de limpeza	42	mês	R\$ 2.400,00	R\$ 100.800,00	mensal	T3	
VA-2.3.2	Material de copa e cozinha	42	mês	R\$ 1.000,00	R\$ 42.000,00	mensal	T3	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 142.800,00</b>			
VA-2.4	DIVERSOS							
VA-2.4.1	Material de Escritório	42	mês	R\$ 1.000,00	R\$ 42.000,00	mensal	T3	
VA-2.4.2	Material de Ciranda	622	Nº de espaços	R\$ 30,00	R\$ 18.660,00	mensal	T3	
VA-2.4.3	Aluguel de Imóvel - Escritórios/Garagem	42	mês	R\$ 21.078,26	R\$ 885.286,92	mensal	T3	
VA-2.4.4	Energia elétrica	42	mês	R\$ 2.000,00	R\$ 40.000,00	mensal	T3	
VA-2.4.5	Água e Esgoto	42	mês	R\$ 450,00	R\$ 18.900,00	mensal	T3	
VA-2.4.6	Cavalete Flip Chart	3	unid.	R\$ 300,00	R\$ 900,00	mensal	T3	
<b>Sub-total (Custo Fixo)</b>					<b>R\$ 1.049.746,92</b>			
<b>TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL</b>								
<b>DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS</b>								
VA-2.5	AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS							
VA-2.5.1	Notebook Padrão + 3 anos de garantia estendida	15	unid.	R\$ 8.500,00	R\$ 127.500,00	inicial	T3	
VA-2.5.2	Projetores	2	unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00	inicial	T3	
VA-2.5.3	Tela para projeção	2	unid.	R\$ 1.250,00	R\$ 2.500,00	inicial	T3	
VA-2.5.4	Caixa de som com microfone e auxiliares	4	unid.	R\$ 4.000,00	R\$ 16.000,00	inicial	T3	
VA-2.5.5	Bebedouro	5	unid.	R\$ 400,45	R\$ 2.002,25	inicial	T3	
VA-2.5.6	Ventiladores, Climatizadores e Ar condicionado	1	unid.	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	inicial	T3	
VA-2.5.7	Aparelho telefônico móveis (smartphone)	36	unid.	R\$ 1.500,00	R\$ 54.000,00	inicial	T3	
VA-2.5.8	Acessórios de smartphone	36	unid.	R\$ 48,50	R\$ 1.746,00	inicial	T3	
VA-2.5.9	Impressora colorida profissional	4	unid.	R\$ 6.000,00	R\$ 24.000,00	inicial	T3	
<b>TOTAL CUSTO (R\$1,00) - Bens, móveis e equipamentos</b>					<b>R\$ 267.748,25</b>			
<b>TOTAL CUSTEIO</b>					<b>R\$ 4.410.178,05</b>			

### 3. METODOLOGIA PARTICIPATIVA

#### ESPAÇO PARTICIPATIVO 01 - (até 10 pessoas)

##### COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (almoço e lanche)	R\$ 50,00	10	R\$ 500,00	2025			
Material Pedagógico	R\$ 5,00	10	R\$ 50,00	2026			
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027			
Transporte atingidos/as	R\$ 3.200,00	1	R\$ 3.200,00	2028			
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	0	R\$ -	2029			
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -				
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	0	R\$ 500,00				
<b>Custo Unitário Total</b>			<b>R\$ 4.250,00</b>				

#### ESPAÇO PARTICIPATIVO 02 - (até 50 pessoas)

##### COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	50	R\$ 500,00	2025			
Materiais descartáveis	R\$ 1,00	50	R\$ 50,00	2026			
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -	2027			
Impressões gráficas	R\$ 1,50	50	R\$ 75,00	2028			
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	1	R\$ 250,00	2029			
<b>Custo Unitário Total 2025</b>			<b>R\$ 875,00</b>	<b>Total geral</b>			

#### ESPAÇO PARTICIPATIVO 03 (até 200 pessoas)

##### COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2025			
Material Pedagógico	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2026			
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027			
Transporte atingidos/as	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00	2028			
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	200	R\$ 200,00	2029			
Material de Limpeza	R\$ 10,00	1	R\$ 10,00				
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	3	R\$ 500,00				
<b>Custo Unitário Total</b>			<b>R\$ 5.710,00</b>				
						<b>TOTAL ESPAÇOS PARTICIPATIVOS</b>	<b>R\$ 2.015.543,50</b>

## 4.1 - PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, AUDIOVISUAL

## COMPOSIÇÃO DE CUSTO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29		
5.1.1- Folder	5400				300		500			300		500		500		300		300		500		300		300		300		300		300		300		300		300		R\$ 7,20	R\$ 38.880,00						
5.1.2- Tabloide (Jornal)	40000				2000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		R\$ 2,40	R\$ 96.000,00									
5.1.3- Cartilhas - Formação	2700				300		200		300		200		300		300		200		300		300		150		150		150		150		150		150		R\$ 29,00	R\$ 78.300,00									
5.1.4- Informativos/panfletos	5200				400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		400		R\$ 0,60	R\$ 3.120,00									
5.1.5- Produtos audiovisuais	29				1		1		2		3		1		2		1		1		3		1		2		1		2		1		2		1		R\$ 2.500,00	R\$ 72.500,00							
5.1.6- Veiculação de programa de rádio	82	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	R\$ 1.000,00	R\$ 82.000,00										
<b>TOTAL (R\$)</b>																																					<b>R\$ 370.800,00</b>								

PROJEÇÃO MENSAL ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES MENSAS PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO



## Aedas 5. DIÁRIAS

### 3.1.2.5 - ESTIMATIVA DE VALORES DE DESEMBOLSO PARA ATIVIDADES DE CAMPO PARA EQUIPE

CARGO	DIAS DE CAMPO X SEMANA	Nº DE SEMANAS DE EXERCÍCIO	TOTAL DIÁRIAS	VALOR TOTAL DIÁRIAS
COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETO	0,5	25	12,5	R\$ 1.250,00
ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETO	0,5	15	7,5	R\$ 750,00
COORDENAÇÃO GERAL	0,5	42	21	
COORDENAÇÃO IMEDIATA/GO	0,5	25	12,5	
COORDENAÇÃO IMEDIATA (mobilização)	1	84	84	R\$ 8.400,00
COORDENAÇÃO GERAL (mobilização)	1	42	42	
ASSESSORIA COORDENAÇÃO GERAL (mobilização)	1	32	32	
ASSESSOR/A TÉCNICO/A JÚNIOR	2	259	518	R\$ 51.800,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A	2	410	820	R\$ 82.000,00
GERENTE FINANCEIRO	0	74	0	R\$ -
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0,5	84	42	R\$ 4.200,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A (Administrativo)	0	163	0	R\$ -
PROFISSIONAL DE LIMPEZA	0	84	0	R\$ -
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	42	84	R\$ 8.400,00
RECEPCIONISTA	0	42	0	R\$ -
MOTORISTA	2	84	168	R\$ 16.800,00
			<b>1844</b>	<b>R\$ 173.600,00</b>

### VALOR DA DIÁRIA

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Lanche	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Almoço	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 100,00</b>

**ESTIMATIVA DE N° DE DIÁRIAS POR PROFISSIONAL PARA CÁLCULO DE VALOR TOTAL DE DIÁRIAS. A EXECUÇÃO DE DIÁRIAS POR CARGO PODE TER VARIAÇÕES COM BASE NA NECESSIDADE DO PROJETO**

## 6. SOFTWARES

### 2.4.8 - ESTIMATIVA DE LICENÇAS DE SOFTWARES

EQUIPE	LICENÇA/ PLATAFORMA	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE	VALOR TOTAL	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÕES
GI	Licenças Microsoft 365					
	Business Premium (Nonprofit)	130	R\$ 630,00	R\$ 81.900,00	Anual	Uma licença por colaborador
GI	Kaspersky Endpoint Security Cloud PRO	120	R\$ 180,00	R\$ 21.600,00	Anual	Antivírus - 1 licença por equipamento
GI	TeamViewer	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Anual	
GI	Microsoft Power BI Pro	10	R\$ 425,25	R\$ 4.252,50	Anual	
GI	Microsoft Power Automate	5	R\$ 1.320,00	R\$ 6.600,00	Anual	
GI	Microsoft Power Apps	110	R\$ 580,00	R\$ 63.800,00	Anual	
GI	Plagius	6	R\$ 598,80	R\$ 3.592,80	Anual	
GI	Windows 365	10	R\$ 6.000,00	R\$ 60.000,00	Anual	
GI	Windows Pro	12	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00	Anual	
Comunicação	Adobe Creative Could Teams	4	R\$ 2.812,50	R\$ 11.250,00	Anual	
GI	Clouds de Amazonamento	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	Anual	
RH	Tangerino	1	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00	Anual	
PROJETO	Monday	1	R\$ 112.500,00	R\$ 112.500,00	Anual	
GI	Espaço adicional para armazenamento no Sharepoint	1	R\$ 59.560,00	R\$ 59.560,00	Anual	
<b>TOTAL ANUAL</b>				<b>R\$ 481.155,30</b>		

**PROJEÇÃO ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES E AQUISIÇÕES PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO**



## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução n. 60/147 de 2005: PRINCÍPIOS BÁSICOS E DIRETRIZES SOBRE O DIREITO A MEDIDAS DE SANEAMENTO E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES GRAVES AO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO. Disponível em: [https://gaz.wiki/wiki/pt/Basic\\_Principles\\_and\\_Guidelines\\_on\\_the\\_Right\\_to\\_a\\_Remedy\\_and\\_Reparation\\_for\\_Victims\\_of\\_Gross\\_Violations\\_of\\_International\\_Human\\_Rights\\_Law\\_and\\_Serious\\_Violations\\_of\\_International\\_Humanitarian\\_Law](https://gaz.wiki/wiki/pt/Basic_Principles_and_Guidelines_on_the_Right_to_a_Remedy_and_Reparation_for_Victims_of_Gross_Violations_of_International_Human_Rights_Law_and_Serious_Violations_of_International_Humanitarian_Law)

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 165, 31 ago. 1981.

BRASIL. Lei n. 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 74, 17 abr. 2003.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 222, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 155, 15 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de lei federal n. 2.788, de /2019. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 17ª ed

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37750&catid=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37750&catid=1). Acesso em: 26 set. 2025.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 14, p. 143-157, jul./dez. 2010.

MINAS GERAIS. Lei estadual n. 23.795, de 15 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23795-2021-minas-gerais-institui-apolitica-estadual-dos-atingidos-por-barragens-peab-e-da-outras-rovidencias>  
PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 23, n. 3, p. 161-190, set./dez. 2017.

WERNECK, Nisia Maria Duarte et al. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

